

# PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS DE SEGUNDA EMISSÃO DO GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF nº 10.424.119/0001-45

Código ISIN das Cotas: BRGRIBCTF000

Administração e Distribuição

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Gestão

Alto Capital Gestora de Recursos Ltda.

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.201.501/0001-61 (**"Administrador"**), na qualidade de administrador e distribuidor do **GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo")** está ofertando o montante de até 4.000 (quatro mil) cotas de uma única classe, nominativas e escriturais de segunda emissão (**"Cotas"** e **"Segunda Emissão"**), com valor nominal de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada (**"Oferta"**), totalizando o montante de até:

## R\$40.000.000,00

(quarenta milhões de reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada (**"Instrução CVM nº 391/03"**) e demais normas aplicáveis, tem por objetivo obter rendimentos através de investimentos de longo prazo, mediante a aplicação de recursos na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações (**"Valores Mobiliários"**), ou que conferem o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações adequados a exigências específicas de emissão de uma companhia brasileira, fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo objeto social principal será o investimento direto ou indireto em projetos imobiliários relacionados ao programa federal "Minha Casa Minha Vida" (**"Companhia Investida"**), participando do processo decisório das Companhia Investida, nos termos do Regulamento do Fundo.

A presente distribuição pública de cotas foi aprovada pela CVM em [•] de [•] de 2012, por meio do número de registro [•].

Para os fins do Artigo 13, XI do Código ABVCAP, o Fundo se classifica como Diversificado, Tipo 3 (**"Tipo Anbima"**).

As Cotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, bem como serão destinadas à aquisição exclusiva por investidores qualificados (**"Investidores Qualificados"**), conforme definição prevista no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (**"Instrução CVM nº 409/04"**).

O Fundo foi constituído em 16 de outubro de 2008 sob a denominação de Geribá VD Ecogen Fundo de Investimento em Participações, por ato único do Administrador, e o seu regulamento foi registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 2008, sob nº 907722 (**"Regulamento"**), tendo sido devidamente registrado para funcionamento perante a CVM, e sua primeira oferta pública de distribuição das cotas foi registrada na CVM em 18 de novembro de 2008, sob identificação CVM/SRE/RFP/2008/066 (**"Primeira Oferta"**). Em decorrência de aspectos meramente circunstanciais, o Administrador solicitou, em 11 de janeiro de 2010, a revogação da Primeira Oferta, com fundamento no caput do Artigo 25 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**"Instrução CVM nº 400/03"**). Em 28 de junho de 2012, tendo em vista a inexistência de cotistas no Fundo, o Regulamento foi integralmente modificado por ato único do Administrador, especialmente quanto ao seu objetivo e sua política de investimentos, de forma que o Fundo, sob a denominação de GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, passou a ter como objetivo específico a aplicação de recursos na aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma companhia brasileira, fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo objeto social principal será o investimento direto ou indireto em projetos imobiliários relacionados ao programa federal "Minha Casa Minha Vida". Finalmente, em 06 de agosto de 2012, por ato único do Administrador, foi aprovada a Segunda Emissão. Ademais, o Regulamento do Fundo foi devidamente alterado para compatibilização do Período de Desinvestimento e do Prazo de Duração, conforme o "Instrumento Particular de Alteração", registrado, em conjunto com seu Regulamento, no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro - RJ, sob o nº 1048095, em 08 de agosto de 2012. A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução da CVM nº 400/03.

A gestão do Fundo será realizada pela ALTO CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.820/0001-10, sediada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gonçalves Dias, nº 30, 3º andar, Centro (**"Gestor"**), devidamente credenciada perante a CVM para desempenhar a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, que será substituído mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas tão logo a Geribá Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.467.534/0001-86, sediada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 92, Jardim Paulista, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 10.454, de 24 de junho de 2009, conclua seu processo de adesão ao Código de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE editado conjuntamente pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital - ABVCAP e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, ora em andamento.

**"O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC; A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA."**

**"AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTA PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO AS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO."**

**"O ADMINISTRADOR DECLARA QUE É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR OCASIÃO DO REGISTRO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO. ADICIONALMENTE, O ADMINISTRADOR, NA QUALIDADE DE DISTRIBUIDOR DA OFERTA, DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS SÃO VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E AINDA, DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE AQUELAS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS E QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO SÃO SUFICIENTES PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA."**

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado como recomendação de compra de Cotas. O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Ao decidir por adquirir as Cotas, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação dos riscos decorrentes do investimento.

Todo Cotista, conforme abaixo definido, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, conforme abaixo definido, que está de acordo com as condições expressas no Termo de Adesão e que recebeu, leu e compreendeu o inteiro teor do Prospecto, do Regulamento e do Compromisso de Investimento, concordando integralmente com os seus respectivos termos, cláusulas e condições, manifestando sua adesão irrevogável e irretirável aos mesmos e responsabilizando-se pela integralização das Cotas até o montante estabelecido no Boletim de Subscrição, conforme abaixo definido, e no Compromisso de Investimento; que é Investidor Qualificado, nos termos da regulamentação em vigor, e se compromete a informar o Administrador do Fundo caso venha a deixar de atender a esta condição; que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua Política de Investimento, da composição da carteira, da taxa de administração, da taxa de performance e das taxas devidas aos demais prestadores de serviços; que teve amplo acesso às informações necessárias e suficientes para a tomada de decisão de investimento, inclusive quanto aos riscos envolvidos e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital que investiu; e que os recursos que serão utilizados na integralização das Cotas não são oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

**"ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DA ABVCAP E DA ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTA FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, DA ABVCAP OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS."**

**"FUNDO DE ACORDO COM O CÓDIGO DA ABVCAP/ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES"**

**"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS."**

**"OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 29 A 36"**

"Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista."

"A qualquer momento durante a existência do Fundo, a rentabilidade obtida no passado não representará garantia de rentabilidade futura."



"Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes"

ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



CUSTODIA



Bradesco

AUDITORIA



ASSESSORIA LEGAL

**CEPEDA, GRECO &  
BANDEIRA DE MELLO**  
ADVOGADOS

A data deste Prospecto é 10 de agosto de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES.....	9
<hr/>	
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA .....	17
<hr/>	
Características da Oferta .....	17
<i>A Oferta</i> .....	17
<i>Público alvo da Oferta e Inadequação</i> .....	17
<i>Registro da Oferta</i> .....	17
<i>Quantidade de Cotas</i> .....	18
<i>Preço de Emissão no âmbito da Oferta</i> .....	18
<i>Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas e Prazo de Colocação</i> .....	18
<i>Valor Mínimo de Investimento</i> .....	19
<i>Cronograma de Etapas da Oferta</i> .....	19
<i>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta</i> .....	20
<i>Suspensão e Cancelamento da Oferta</i> .....	21
<i>Ausência de classificação de risco das Cotas</i> .....	22
Negociação das Cotas .....	22
Demonstrativo do Custo da Distribuição .....	23
<i>Custo da Distribuição</i> .....	23
<i>Custo Unitário de Distribuição</i> .....	23
Remuneração do Distribuidor.....	24
Outras Informações .....	24
Identificação do Assessor Legal, Auditor Independente, Gestor e Custodiante.....	25
<i>Assessor Legal</i> .....	25
<i>Auditor Independente</i> .....	25
<i>Gestor</i> .....	26
<i>Custodiante</i> .....	26
Declaração do Administrador e do Intermediário Líder .....	26

### 3. FATORES DE RISCO .....29

---

Riscos de Não Realização do Investimento.....	29
Riscos de Liquidez .....	30
Riscos relacionados à Companhia Investida .....	30
Riscos de Mercado.....	32
Riscos de Crédito .....	32
Risco de Distribuição.....	33
Risco de Descontinuidade.....	33
Risco relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios.....	33
Risco de Concentração .....	34
Risco de Patrimônio Líquido Negativo .....	34
Riscos Relacionados ao Setor Imobiliário.....	34

### 4. GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES .....39

---

Forma, Prazo de Duração, Período de Investimento, Período de Desinvestimento e Base Legal ..	39
Público alvo e valor mínimo de investimento .....	39
Administração e gestão do Fundo .....	40
<i>Administrador</i> .....	40
<i>Gestor</i> .....	41
<i>Renúncia do Administrador ou do Gestor</i> .....	42
Demais Prestadores de Serviço do Fundo .....	42
<i>Custodiante</i> .....	42
<i>Auditor Independente</i> .....	43
Objetivo do Fundo .....	43
Política de Investimentos .....	43
<i>Formação e Composição da Carteira</i> .....	45
Período de Investimento e Período de Desinvestimento .....	46
Características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das Cotas .....	48
<i>Características das Cotas e Direitos Patrimoniais</i> .....	48
<i>Valor das Cotas</i> .....	50
<i>Direitos de Voto</i> .....	50
<i>Emissão e Subscrição de Cotas</i> .....	50
<i>Integralização das Cotas</i> .....	50

<i>Inadimplência dos Cotistas</i> .....	51
<i>Procedimentos referentes à Amortização de Cotas e Liquidação do Fundo</i> .....	52
<i>Negociação das Cotas</i> .....	52
Demonstrações financeiras e avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo .....	55
Assembleia Geral de Cotistas .....	55
Situações de conflitos de interesses .....	59
Investimento Conjunto .....	60
Política de divulgação de informações relativas ao Fundo .....	61
Remuneração do Administrador, Gestor e Encargos do Fundo .....	59
<i>Taxa de Administração</i> .....	63
<i>Taxa de Performance</i> .....	63
<i>Outros Encargos</i> .....	64
Regras de tributação do Fundo e dos Cotistas do Fundo .....	66
<i>Tributação aplicável aos Cotistas do Fundo</i> .....	68
<i>Tributação Aplicável ao Fundo</i> .....	70
Atendimento aos Cotistas .....	71
 5. ANEXOS .....	 73
<hr/>	
Anexo I - Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo .....	75
Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto .....	79
Anexo III - Declaração do Administrador e Distribuidor .....	133
Anexo IV - Cópia do Instrumento Particular de Re-Ratificação de Alteração que deliberou sobre a Oferta .....	137
Anexo V - Cópia da Minuta do Instrumento Particular de Subscrição de Cotas e Compromisso de Integralização da Segunda Emissão de Cotas .....	141

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente nas Seções “Fatores de Risco”.

As palavras "continua", "entende", "estima", "pode", "poderá", "pretende" e palavras similares têm por objetivo identificar declarações prospectivas. As estimativas e declarações futuras foram baseadas, em grande parte, nas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou poderão afetar os negócios objetivados pelo Fundo. Muitos fatores importantes, além daqueles já discutidos em outras seções do Prospecto, poderiam fazer com que os resultados do Fundo fossem substancialmente afetados, incluindo, entre outros:

- a condução dos negócios exercidos pela Companhia Investida;
- taxas de inflação e flutuações nas taxas de juros;
- a regulamentação existente, bem como a futura;
- a habilidade do Administrador de implementar com sucesso a Política de Investimento do Fundo;
- alterações em políticas fiscais e na legislação tributária relacionadas aos ativos integrantes da Carteira, bem como aos fundos de investimento em participações;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil; e
- os fatores de risco apresentados na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Nenhuma dessas estimativas e declarações futuras consiste em garantia de um desempenho futuro e cada uma dessas informações prospectivas envolve riscos e incertezas. Face a estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## 1. DEFINIÇÕES

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

ADMINISTRADOR	é a BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, com sede na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pela CVM, conforme Ato Declaratório n.º 4620, de 19 de dezembro de 1997.
ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	é a assembleia prevista no Capítulo VI do REGULAMENTO.
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO	É o Boletim de Subscrição de Cotas, que será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR e do qual deverá constar (i) o nome e a qualificação do COTISTA; (ii) o número de COTAS subscritas; e (iii) o preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.
CAPITAL COMPROMETIDO	é o valor correspondente à quantidade total de COTAS subscritas pelos COTISTAS do FUNDO, independentemente da efetiva integralização de COTAS.
CAPITAL INVESTIDO	é o valor total integralizado das COTAS do FUNDO.
CETIP	a Cetip S.A. Mercados Organizados.
CHAMADAS DE CAPITAL	são as chamadas pelo ADMINISTRADOR, mediante prévia e expressa recomendação do GESTOR, realizadas durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO, após a INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, para que os COTISTAS apórem recursos no FUNDO visando à integralização do saldo remanescente do respectivo CAPITAL COMPROMETIDO, até o limite deste, sem prejuízo de ocorrerem após este período para suprir necessidades de pagamento de despesas do FUNDO.
CÓDIGO ABVCA/ANBIMA -	significa o Código de Regulação e Melhores Práticas

	para o Mercado de FIP e FIEE editado conjuntamente pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital – ABVCAP e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.
COMPANHIA INVESTIDA	será a companhia brasileira, fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo objeto social principal será o investimento direto ou indireto em projetos imobiliários relacionados ao programa federal “Minha Casa Minha Vida”.
COMPROMISSO DE INVESTIMENTO	é o Instrumento Particular de Subscrição de Cotas e Compromisso de Integralização, por meio do qual os COTISTAS se obrigam a integralizar o valor das COTAS do FUNDO que vierem a subscrever, mediante CHAMADAS DE CAPITAL.
COTAS	correspondem a frações ideais do PATRIMÔNIO LÍQUIDO do FUNDO, na forma do artigo 5º do REGULAMENTO.
COTISTA	é o detentor das COTAS do FUNDO.
COTISTA INADIMPLENTE	é o COTISTA que deixa de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no FUNDO, estabelecida no respectivo BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO e no COMPROMISSO DE INVESTIMENTO e, notificado pelo ADMINISTRADOR sobre tal descumprimento, conforme orientação do GESTOR, deixe de saná-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
CUSTODIANTE	BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
DISPONIBILIDADES	são todos os valores em caixa e em INVESTIMENTOS LÍQUIDOS, inclusive os montantes decorrentes de redução de capital da COMPANHIA INVESTIDA.

EMPRESA DE AUDITORIA	é a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 33, 17º andar – São Paulo – SP – CEP: 04530-904 - Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29.
EXIGIBILIDADES	são as obrigações e encargos do FUNDO, incluindo as provisões eventualmente existentes para pagamento da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO e da TAXA DE PERFORMANCE, eventualmente devida.
FECHAMENTO	é a data de encerramento da distribuição de cada emissão de COTAS do FUNDO.
FUNDO	é o GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a INVESTIDORES QUALIFICADOS, regido pelo presente REGULAMENTO, pela INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03 e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
GERIBÁ	Geribá Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.467.534/0001-86, sediada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, n.º 48, conjunto 92, Jardim Paulista, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório n.º 10.454, de 24 de junho de 2009.
GESTOR	é a ALTO CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.669.820/0001-10, sediada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gonçalves Dias, n.º 30, 3º andar, Centro, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, que será substituída mediante deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS tão logo a GERIBÁ conclua seu processo de adesão ao CÓDIGO ABVCAP/ANBIMA, ora em andamento.

INTEGRALIZAÇÃO INICIAL	é o aporte inicial de recursos em valor equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o CAPITAL COMPROMETIDO constante dos respectivos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO, que deverá ser integralizado por cada COTISTA até o 10º (décimo) dia útil após o FECHAMENTO enviada aos COTISTAS, pelo ADMINISTRADOR, mediante prévia e expressa recomendação do GESTOR.
INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03	é a Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003 e alterações posteriores, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.
INSTRUÇÃO CVM n.º 400/03	é a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário, e revoga a Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, e a Instrução CVM n.º 88, de 3 de novembro de 1988.
INSTRUÇÃO CVM n.º 409/04	é a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento que não sejam regidos por regulamentação própria.
INVESTIDORES QUALIFICADOS	são os investidores qualificados, assim definidos pelo Artigo 109 da INSTRUÇÃO CVM n.º 409/04.
INVESTIMENTOS	São os investimentos predominantes do FUNDO, como definidos no Capítulo IV do REGULAMENTO.
INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	são as cotas de fundos de investimento regulados pela INSTRUÇÃO CVM n.º 409/04 das classes referenciado DI e renda fixa, inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR ou empresas a estes ligadas, e/ou títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do

	Brasil.
LIQUIDAÇÃO	é o encerramento do FUNDO, conforme definido no Capítulo X do REGULAMENTO.
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	é o valor resultante da soma das DISPONIBILIDADES do FUNDO, mais o valor da carteira, mais valores a receber, mais outros ativos, menos EXIGIBILIDADES e outros passivos.
PERÍODO DE DESINVESTIMENTO	é o período de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados do término do PERÍODO DE INVESTIMENTO, que poderá ser alterado caso o PERÍODO DE INVESTIMENTOS seja modificado por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.
PERÍODO DE INVESTIMENTO	é o período de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia na data da INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, durante o qual o FUNDO deverá realizar os investimentos na COMPANHIA INVESTIDA, que poderá ser alterado por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.
PRAZO DE DURAÇÃO	é o período de 720 (setecentos e vinte) dias que se inicia na data da INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, durante o qual o FUNDO realizará todas as suas atividades, que poderá ser reduzido ou prorrogado por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, conforme recomendação do GESTOR.
PREÇO DE SUBSCRIÇÃO INICIAL	é o preço de subscrição de cada COTA, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), válido para a emissão de COTAS do FUNDO.
PREÇO DE SUBSCRIÇÃO	é o preço de subscrição de cada COTA em emissões subsequentes de COTAS, a ser definido por ocasião das emissões respectivas.
PÚBLICO-ALVO	é o público a que o FUNDO se destina, constituído exclusivamente por INVESTIDORES QUALIFICADOS.
REGULAMENTO	é o REGULAMENTO que rege o FUNDO.
SUBSCRIÇÃO MÍNIMA	Cada um dos COTISTAS do FUNDO deverá subscrever no mínimo a quantidade de COTAS equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais).

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	é a remuneração devida ao ADMINISTRADOR, GESTOR e demais prestadores de serviços de administração pelo FUNDO, com exceção do CUSTODIANTE, da EMPRESA DE AUDITORIA do FUNDO eventualmente contratados pelo FUNDO nos termos do REGULAMENTO, calculada nos termos do artigo 18 do REGULAMENTO.
TAXA DE PERFORMANCE	é a remuneração devida ao GESTOR pelo FUNDO, calculada nos termos do artigo 19 do REGULAMENTO.
TAXA DI	a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 dias úteis).
VALORES MOBILIÁRIOS	são ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações adequados a exigências específicas da COMPANHIA INVESTIDA.
VALOR MÁXIMO DA EMISSÃO INICIAL DE COTAS	é o valor de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).
VALOR MÍNIMO DA EMISSÃO INICIAL DE COTAS	é o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.





## 2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1. Características da Oferta

#### 2.1.1. A Oferta

As Cotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, nos termos da Instrução CVM nº 400/03. A Oferta será conduzida exclusivamente pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição administradora do Fundo.

Não haverá diferentes classes de Cotas. As Cotas do Fundo corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, e serão da forma nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos. As Cotas serão mantidas em contas de depósito em nome dos Cotistas.

#### 2.1.2. Público alvo da Oferta e Inadequação

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do Fundo, os "Cotistas").

A presente Oferta não é adequada aos investidores não qualificados, que busquem retorno de seus investimentos no curto prazo ou que não tenham aptidão aos riscos do mercado imobiliário.

O Administrador, o Gestor, os demais prestadores de serviços do Fundo ou pessoas a eles ligadas, e seus respectivos sócios e administradores poderão participar como cotistas do Fundo.

#### 2.1.3. Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM em [●], sob o nº [●], nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

#### 2.1.4. Quantidade de Cotas

A Segunda Emissão é composta por, no mínimo, 1.000 (mil) Cotas, e no máximo, 4.000 (quatro mil) Cotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, com preço inicial de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Cota, totalizando a Segunda Emissão o montante mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e máximo, de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

#### 2.1.5. Preço de Emissão no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Cotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Cota.

#### 2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas e Prazo de Colocação

Ao subscrever Cotas do Fundo, o investidor celebrará com o Administrador o Compromisso de Investimento e o Boletim de Subscrição, do qual deverá constar (i) o nome e a qualificação do Cotista; (ii) o número de cotas subscritas; e (iii) o preço de subscrição, o valor total que o Cotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Período de Investimento, de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo Administrador, mediante prévia e expressa recomendação do Gestor, na forma do Regulamento e do Compromisso de Investimento, e que obrigarão o Cotista à integralização total ou parcialmente as Cotas por ele subscritas, sob as penas previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e na legislação aplicável.

As Cotas representativas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do Fundo deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 06 (seis) meses contados, da publicação do presente Anúncio de Início de Distribuição, prorrogável por igual período, independentemente de autorização da CVM, pela Assembleia Geral de Cotistas, ou pelo próprio Administrador em caso de não haver ingresso de Cotistas ainda, caso o volume máximo de Cotas emitidas não seja atingido após o prazo inicial da distribuição.

O patrimônio líquido mínimo para o início das atividades do Fundo será quando este atingir o valor de recursos captados equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Até o 10º (décimo) dia útil após o Fechamento, cada Cotista do Fundo deverá integralizar um aporte inicial em moeda corrente nacional de valor equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do Capital Comprometido constante dos respectivos Boletim de Subscrição e Compromisso de Investimento.

O Administrador deverá realizar as chamadas de capital, mediante prévia e expressa recomendação do Gestor, durante o Período de Investimentos, através do envio aos Cotistas, com até 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da integralização destas cotas, de correspondência dirigida para os endereços constantes nos respectivos Boletins de Subscrição. Os recursos recebidos de acordo com as chamadas de capital realizadas deverão ser investidos até o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente, contados da data inicial para a respectiva integralização de cotas, no que tange aos recursos aportados ao Fundo em cada um dos eventos de integralização previstos nos Boletins de Subscrições e Compromisso de Investimento.

A integralização de cotas do Fundo se dará, em moeda corrente nacional, por meio do SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ou, alternativamente, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED.

#### 2.1.7. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Cotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

#### 2.1.8. Cronograma de Etapas da Oferta (1)

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após publicação do Anúncio de Início. Início: 30/08/2012
Prazo de Colocação	As Cotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM. Este prazo poderá ser prorrogado mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas. Previsão: até 28/02/2013
Manifestação de aceitação e/ou	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Cotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a

revogação da Oferta pelos investidores	qualquer momento a partir do 1º (primeiro) dia útil do Prazo de Colocação, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Cotas. Previsão: até 29/10/2012
Distribuição junto ao público	As Cotas serão colocadas exclusivamente junto a Investidores Qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04. Previsão: até 28/02/2013
Subscrição e Integralização de Cotas	No ato de subscrição das Cotas representativas do patrimônio do Fundo o subscritor observará o disposto no item 2.1.6 acima. Previsão: até 28/02/2013
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento. Previsão: até 01/03/2013

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Administrador.

#### 2.1.9 – Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

O Administrador pode, em nome do Fundo, requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria Oferta.

Adicionalmente, a Assembleia Geral de Cotistas pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM nº 400/03. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido do Administrador, em nome do Fundo, nos casos em que aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

Se a Oferta for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados anterior ou posteriormente à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM nº 400/03.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado em periódico de grande circulação, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM nº 400/03, e do Anúncio de Encerramento.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a publicação do Anúncio de Início, o Administrador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, por meio da entrega ao Administrador do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

#### 2.1.10 Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM nº 400/03, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aderido à Oferta, por meio da entrega ao Administrador de Compromissos de Investimento e da assinatura dos respectivos Boletins de Subscrição, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Compromisso de Investimento e eventuais Boletins de Subscrição já assinados até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue ao Administrador Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da Oferta, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da Oferta, conforme o caso.

#### 2.1.11 Ausência de classificação de risco das Cotas

As Cotas não foram objeto de classificação de risco e, com isso, os investidores não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de rating).

#### 2.2. Negociação das Cotas

As Cotas poderão ser objeto de transferência a outros Cotistas ou a terceiros mediante autorização da Assembleia Geral de Cotistas, observado o disposto no Parágrafo Sexto do Artigo 5º do Regulamento, não sendo considerada para os fins de tal Assembleia Geral de Cotistas as participações detidas pelo Cotista que deseje alienar suas Cotas.

A distribuição de cotas será realizada pelo Administrador, ou conforme o caso, por outras instituições intermediárias, devidamente contratadas pelo Administrador, em nome do Fundo. As cotas poderão ser objeto de distribuição pública primária e de negociação no mercado secundário, através dos módulos SDT - Módulo de Distribuição e SF – Módulo de Fundos respectivamente, em mercado de balcão organizado, operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ou, alternativamente, poderá ser realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED.



O Cotista que deseje alienar suas Cotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita para o Administrador, com cópia para o Gestor, e o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas, para que os Cotistas, na própria Assembleia Geral de Cotistas convocada para este fim, se manifestem sobre a autorização para a transferência das Cotas.

Na própria Assembleia Geral de Cotistas que autorizar a transferência de cotas, os Cotistas deverão manifestar seu interesse em exercer o direito de preferência para adquirir as cotas correspondentes, na proporção das cotas respectivamente detidas.

### 2.3. Demonstrativo do Custo da Distribuição

#### 2.3.1. Custo da Distribuição

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição	Montante (R\$)
Taxa de Registro na CVM	0,207%	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*)	0,075%	30.000,00
Distribuição (*)	N/A	não há
Estruturação	0,041%	16.500,00
Assessoria Legal (*)	0,075%	30.000,00
Total	0,398%	159.370,00

(\*) Valor estimado

#### 2.3.2. Custo Unitário de Distribuição

Valor Unitário Cota	% do custo unitário de distribuição em relação ao valor unitário da Cota	Custo Unitário de Distribuição (R\$)
R\$10.000,00 (dez mil reais)	0,398%	39,8



#### 2.4. Remuneração do Distribuidor

A distribuição das Cotas do Fundo, no âmbito da presente Oferta, será realizada exclusivamente pelo Administrador, de modo que este não perceberá comissão decorrente da distribuição das Cotas.

#### 2.5. Outras informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, eventuais informações adicionais, reclamações e sugestões, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (websites) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

##### **BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3219-2535

Fax.: (21) 3219-2501

e-mail: [fip@bnymellon.com.br](mailto:fip@bnymellon.com.br)

Website: [www.bnymellon.com.br/sf/](http://www.bnymellon.com.br/sf/) - clicar no campo "Fundos de Investimentos" (situado na pagina lado esquerdo superior) e depois clicar no campo "Fundos Administrados" (situado na pagina lado esquerdo superior) - selecionar o filtro ao Gestor (Alto Capital Gestora de Recursos Ltda.)/Tipo de Fundo (Fundo de Investimento em Participações) e clicar em Ok. - clicar no nome do fundo desejado - no campo superior direito da página aparecerá o(s) arquivo (s) a serem selecionados - clicar na opção "Regulamento" e "Prospecto".

##### **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**

Rua Sete de Setembro, nº. 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, nº. 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - clicar no link "Fundos de Investimento" – na próxima tela digitar o nome do FUNDO e clicar em continuar - clicar no link "Documentos Eventuais" - escolher em "Tipo de Documento": "Regulamento" ou "Anúncio de Início de Distribuição" ou "Prospecto".



## 2.6. Identificação do Assessor Legal, Auditor Independente, Gestor e Custodiante

### 2.6.1. Assessor Legal

O assessor legal do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

**Cepeda, Greco e Bandeira de Mello Advogados**

Rua Joaquim Floriano, 100, 10º andar

São Paulo - SP

At.: Dr. Farbricio Avino e Dr. André Wakimoto

Tel.: (11) 2823-2850

Fax: (11) 2823-2851

Correio eletrônico: [fabricao.avino@cgbm.com.br](mailto:fabricao.avino@cgbm.com.br) / [andre.wakimoto@cgbm.com.br](mailto:andre.wakimoto@cgbm.com.br)

### 2.6.2. Auditor Independente

O auditor responsável pela auditoria independente do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 33, 17º andar – São Paulo – SP – CEP: 04530-904 - Itaim

Bibi

São Paulo - SP

At: Sr. Igor Gama

Tel.: (21) 3515-9175

Fax: (21) 3515-9000

Correio Eletrônico: [igama@kpmg.com.br](mailto:igama@kpmg.com.br)



### 2.6.3. Gestor

O gestor responsável pela administração da carteira do Fundo pode ser contatado no seguinte endereço:

**Alto Capital Gestora de Recursos Ltda.**

Rua Gonçalves Dias, n.º 30, 3º andar, Centro.

Rio de Janeiro – RJ

At: Sr. Marcello Romualdo da Silva Pereira

Tel.: (21) 3505-7800

Fax: (21) 3505-7800

Correio Eletrônico: marcello@altocapital.com.br

### 2.6.4. Custodiante

O custodiante do Fundo pode ser contatado no seguinte endereço:

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n

Prédio Novo, 4º andar, Bairro Vila Yara

Osasco – SP

CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12

At.: Sandro Lima

Tel.: (11) 3684-5170

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.salima@bradesco.com.br

Site: www.bradesco.com.br

### 2.7. Declaração do Administrador e do Intermediário Líder

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Cotas da Segunda Emissão, por seus diretores estatutários, Sr. Alberto Elias Assayag Rocha, portador da carteira de identidade nº 07916188-1, expedida pelo IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 018.639.577-90, e Sr. Marcelo Pereira da Silva, portador das carteiras de identidade CRC-RJ nº 091237/O-0 e CRA-RJ nº 20-50806-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 966.331.587-34, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o Prazo de Colocação/distribuição das cotas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; (ii) as informações contidas no mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive as eventuais ou periódicas são suficientes e corretas permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (iii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo e de sua Política de Investimento, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto.

### 3. FATORES DE RISCO

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, Política de Investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, conforme descritos, de forma não exaustiva, abaixo, não havendo, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no Fundo serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

3.1. Riscos de Não Realização do Investimento: Não há garantias de que haverá oportunidades de investimento suficientes para possibilitar ao Fundo investir todo seu Capital Comprometido em Valores Mobiliários, nem de que tais oportunidades de investimento levarão à realização dos investimentos pelo Fundo. O Fundo competirá pela aquisição de investimentos com muitos outros investidores, alguns dos quais disporão de mais recursos do que o Fundo. Tais concorrentes podem incluir outros fundos de investimento, bem como pessoas físicas, instituições financeiras e outros investidores institucionais. Além disso, a disponibilidade de oportunidades de investimento normalmente estará sujeita a condições e variáveis de mercado, bem como, em alguns casos, ao clima político e regulatório então vigente. O Capital Comprometido será integralizado a prazo, na medida em que ocorrerem chamadas para integralização de Cotas, nos termos do Regulamento e de cada Boletim de Subscrição e Compromisso de Investimento. Não há garantias, todavia, de que (i) todos os Cotistas adimplirão com suas obrigações de subscrever e integralizar Cotas nos termos de seus respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento, (ii) eventuais inadimplimentos dos Cotistas serão compensados por meio da aplicação das penalidades contratuais ou legais disponíveis, e consequentemente (iii) os investimentos propostos pelo Fundo serão efetivamente realizados, seja em função de inadimplimentos de um ou mais Cotistas, seja por outras dificuldades ou empecilhos na realização dos investimentos propriamente ditos. A não

realização de investimentos na Companhia Investida ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira do Fundo.

3.2. Riscos de Liquidez: Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em ativos não negociados publicamente no mercado. Caso (a) o Fundo precise vender tais ativos, ou (b) o Cotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Cotas (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do Fundo), (i) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, (ii) a definição do preço de tais ativos poderá não se realizar em prazo compatível com a expectativa do Cotista ou (iii) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, o Cotista. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e/ou ao Cotista, conforme o caso, liquidar posições ou realizar quaisquer desses ativos. O Fundo é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o Cotista consiga alienar suas Cotas pelo preço e no momento desejados, inclusive em razão dos requisitos para transferências das Cotas descritos no artigo 5º do Regulamento. Além disso, os Cotistas não poderão resgatar suas Cotas, salvo no caso de liquidação do Fundo. Assim sendo, as Cotas constituem investimentos sem liquidez e somente devem ser adquiridas por pessoas que tenham capacidade de suportar o risco de tal investimento por prazo indeterminado.

3.3. Riscos relacionados à Companhia Investida: Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo será feita em Valores Mobiliários de emissão da Companhia Investida, o que, por sua natureza, envolve riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais, inclusive em montantes superiores à totalidade do capital investido na Companhia Investida. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório da respectiva Companhia Investida, não há garantias de (i) bom desempenho da Companhia Investida, (ii) solvência da Companhia Investida e (iii) continuidade das atividades da Companhia Investida. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do Fundo e o valor das Cotas. O Fundo pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas da Companhia Investida. Embora tal participação em algumas circunstâncias possa ser importante para a estratégia de investimento do Fundo e possa aumentar a capacidade do Fundo de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o Fundo a reivindicações a que ele não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso a Companhia Investida tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo



pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Cotas, podendo, inclusive, gerar Patrimônio Líquido negativo e sujeitar os Cotistas a realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo. Investimentos na Companhia Investida envolvem riscos relacionados aos setores em que a Companhia Investida atua. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nem tampouco certeza de que o desempenho da Companhia Investida acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho da Companhia Investida acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. As operações da Companhia Investida estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais da Companhia Investida. Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos dos quais o Fundo pode vir a depender no desempenho de suas operações, não há garantias de que o Fundo conseguirá exercer todos os seus direitos como acionista da Companhia Investida, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia Investida, nem de que, caso o Fundo consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da carteira do Fundo. Os investimentos do Fundo serão feitos em companhia fechada, a qual, embora tenha de adotar as práticas de governança indicadas no Regulamento, não está obrigada a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo e das Cotas. O Fundo pode ter participações minoritárias na Companhia Investida, o que poderá limitar sua capacidade de proteger seus interesses em tal Companhia Investida. Ainda que, quando da realização de aporte de capital em uma determinada Companhia Investida, o Fundo tente negociar condições que lhe assegurem direitos para proteger seus interesses em face da Companhia Investida e dos demais acionistas, não há garantia que todos os direitos pleiteados serão concedidos ao Fundo, o que pode afetar o valor da carteira do Fundo. Não obstante a diligência e o cuidado do Administrador e do Gestor, os pagamentos relativos aos Valores Mobiliários de emissão da Companhia Investida, como dividendos, juros sobre o capital próprio e outras formas de remuneração e bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau

desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. No processo de desinvestimento de uma Companhia Investida, o Fundo pode ser solicitado a oferecer informações sobre o negócio e situação financeira de uma Companhia Investida típicas em situações de venda de participação societária. O Fundo pode desconhecer ativos insubsistentes e passivos supervenientes que poderão gerar obrigação de indenização pelo Fundo aos adquirentes da Companhia Investida, o que pode afetar o valor das Cotas. Ademais, o processo de desinvestimento poderá ocorrer em etapas, sendo possível que o Fundo, com a diminuição de sua participação na Companhia Investida, perca gradualmente o poder de participar no processo decisório da Companhia Investida, o que pode afetar sua capacidade de agregar valor ao respectivo investimento.

3.4. Riscos de Mercado: As condições econômicas em geral, as taxas de juros e a disponibilidade de fontes alternativas de financiamento podem afetar os resultados do Fundo, inclusive o valor dos Valores Mobiliários que o Fundo detém e sua capacidade de vendê-los com lucro. O desempenho da Companhia Investida pode ser afetado por mudanças nas políticas do governo, tributação, início de construção de moradias populares, preços do petróleo, leis sobre o salário mínimo, ou outras leis e regulamentos sobre as flutuações da moeda, tanto no Brasil quanto no exterior. A precificação dos Valores Mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, Valores Mobiliários e demais operações estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas Cotas.

3.5. Riscos de Crédito: Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

3.6. Risco de Distribuição: Não se pode garantir que as operações do Fundo serão rentáveis, que o Fundo conseguirá evitar perdas, nem que os rendimentos de seus investimentos estarão disponíveis para distribuição aos Cotistas. O Fundo não terá outra fonte de recursos com a qual possa realizar distribuições aos Cotistas além dos rendimentos e dos ganhos auferidos com os seus investimentos e o retorno do capital investido.

3.7. Risco de Descontinuidade: Em situações em que os Cotistas deliberem pela liquidação antecipada do Fundo, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração perseguida pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Gestor nenhuma multa ou penalidade, a qualquer Cotista, a qualquer título, em decorrência desse fato.

3.8. Risco relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios: O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação do setor de atuação da Companhia Investida ou nos títulos e Valores Mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

3.9. Risco de Concentração: O Fundo irá adquirir Valores Mobiliários de uma única Companhia Investida, o que implicará em riscos de concentração de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários de um único emissor e de pouca liquidez. Desta forma, os resultados do Fundo poderão depender dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida.

3.10. Risco de Patrimônio Líquido Negativo: As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas nem ao valor do Capital Investido nem ao valor do Capital Comprometido, de forma que os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

3.11. Riscos Relacionados ao Setor Imobiliário: O objetivo do Fundo é realizar investimentos, direta ou indiretamente, na Companhia Investida, que atua no setor imobiliário. Este setor está sujeito a diversos riscos, incluindo riscos oriundos da legislação ambiental, riscos de preços de mercado, da alteração das leis de zoneamento, da alteração das regras ou práticas do setor financeiro no que se aplica ao financiamento imobiliário, entre outros. O Fundo investirá seus recursos na Companhia Investida que pode estar sujeita aos impactos em seus ativos decorrentes dos seguintes riscos específicos do mercado imobiliário:

a) Risco de Desapropriação: Há possibilidade de que ocorra a desapropriação, parcial ou total, de Imóvel de propriedade da Companhia Investida por decisão unilateral do Poder Público, a fim de atender finalidades de utilidade e interesse público;

b) Risco de Sinistro: No caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis de propriedade da Companhia Investida, os recursos obtidos pela cobertura de eventual seguro dependerão da capacidade de pagamento da companhia seguradora contratada, nos termos da apólice exigida, bem como as indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, observadas as condições gerais das apólices;

c) Risco de Engenharia e Construção: No desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários detidos pela Companhia Investida questões técnicas e ligadas à construção dos imóveis não previstas inicialmente podem acarretar em custos adicionais e/ou atraso no prazo de conclusão, reduzindo os retornos inicialmente previstos para os investimentos;

d) Risco de Deterioração: O investidor deve ainda observar o potencial econômico dinâmico do imóvel. O imóvel está sujeito à desvalorização tendo em vista fatores como a deteriorização do bem decorrente do tempo, do mau uso pelo locatário ou arrendatário ou outras situações não cobertas pelo seguro contratado;

e) Risco de Alterações nas Leis de Zoneamento: As leis de zoneamento, que regulam a forma da ocupação do território urbano, estão sujeitas a alterações promovidas pelo Poder Legislativo municipal. Caso sejam alteradas as normas de zoneamento em que um empreendimento da Companhia Investida esteja em desenvolvimento ou possa vir a ser desenvolvido, o Fundo poderá ser obrigado a adequar o desenvolvimento de tal projeto às novas regras. Com isso, os rendimentos estimados poderão não ser obtidos;

f) Riscos Ambientais: Ainda que os projetos imobiliários que irão compor a Companhia Investida venham a situar-se em regiões urbanas dotadas de completa infra-estrutura, problemas ambientais podem ocorrer, como exemplo vendavais, inundações ou os decorrentes de vazamento de esgoto sanitário provocado pelo excesso de uso da rede pública, acarretando assim na perda de substância econômica de imóveis situados nas proximidades das áreas atingidas por estes. Questões ambientais podem ainda atrasar o cronograma esperado para o desenvolvimento de determinados empreendimentos imobiliários detidos pela Companhia Investida.

g) Riscos Relativos às Operações de Aquisição de Imóveis: Os imóveis que irão compor o patrimônio da Companhia Investida, após a aquisição e enquanto os instrumentos de compra e venda não tiverem sido registrados em nome da Companhia Investida, podem ser onerados para satisfação de dívidas contraídas pelos antigos proprietários em eventual execução proposta por seus eventuais credores, caso os mesmos não possuam outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, prejudicando a transmissão da propriedade dos imóveis para a Companhia Investida.

h) Risco de Desligamento da Carteira: O término do empreendimento imobiliário com a obtenção do habite-se e transferência do imóvel para os promitentes compradores dos imóveis se dá após a quitação do saldo final do comprador ou obtenção de financiamento imobiliário ou ainda assinatura de contrato de alienação fiduciária com o desenvolvedor para futura securitização. Existe o risco do comprador não obter acesso ao financiamento imobiliário ou não haver condições propícias para se executar operações de securitizações da carteira de clientes. Neste caso o Fundo poderá sofrer



atraso no recebimento do fluxo financeiro conforme projetado, reduzindo os retornos inicialmente previstos para os investimentos;

i) Risco na gestão financeira, contábil e/ou imobiliária da Companhia Investida. A gestão financeira, contábil e imobiliária da Companhia Investida poderá ficar a cargo do incorporador escolhido para o projeto. Este incorporador poderá não fazer a gestão destes processos de forma efetiva e transparente como exigido para o bom andamento do empreendimento objeto da Companhia Investida. Da mesma forma, o Gestor poderá ser parcialmente ou o único responsável pela gestão da Companhia Investida, o que não representa a mitigação deste fator de risco.

#### 4. GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

### 4.1. Forma, Prazo de Duração, Período de Investimento, Período de Desinvestimento e Base Legal

O Geribá MCMV I Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM nº. 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 720 (setecentos e vinte) dias que se inicia na data da Integralização Inicial, durante o qual o Fundo realizará todas as suas atividades, que poderá ser reduzido ou prorrogado por determinação da Assembleia Geral de Cotistas, conforme orientação do Gestor.

O Período de Investimento do Fundo é de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia na data da integralização inicial, durante o qual o Fundo deverá realizar os investimentos na Companhia Investida, que poderá ser alterado por determinação da Assembleia Geral de Cotistas. O Período de Desinvestimento é o período de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados do término Período de Investimento, que poderá ser alterado caso o Período de Investimento seja modificado por determinação da Assembleia Geral de Cotistas.

### 4.2. Público alvo e valor mínimo de investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

A aplicação inicial de cada Cotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).



#### 4.3. Administração e gestão do Fundo

##### 4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.201.501/0001-61.

Os serviços de controladoria de ativos (controle e processamento dos Valores Mobiliários), bem como os serviços de tesouraria, distribuição e escrituração do Fundo serão prestados pelo próprio Administrador. A distribuição de cotas poderá ser realizada por outras entidades integrantes do sistema de distribuição, contratadas pelo Administrador, conforme recomendação do Gestor, em nome do Fundo.

O BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma empresa subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O BNY Mellon Serviços Financeiros é um dos maiores prestadores de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, provendo serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização. O BNY Mellon Serviços Financeiros combina atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais resultou em uma das maiores empresas de serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se uma das líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Atualmente, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, opera em 34 países e atende a mais de 100 mercados. A nova instituição é uma das maiores em serviços financeiros para pessoas físicas e



peças jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo.

#### 4.3.2. Gestor

O Fundo é gerido pela Alto Capital Gestora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.669.820/0001-10, sediada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gonçalves Dias, n.º 30, 3º andar, Centro.

O membros chave da equipe de gestão do Gestor envolvidos diretamente nas atividades de gestão do Fundo, são o Sr. Álvaro Luiz Alves de Lima de Álvares Otero, brasileiro, casado economista, portador da Carteira de Identidade nº 2.783.205, inscrito no CPF sob o nº 402.663.467-15 e a Sr. Marcello Romualdo da Silva Pereira, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 11262371-5, inscrita no CPF sob o nº 081.162.637-73.

O atual Gestor do Fundo será substituído, mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, pela Geribá Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.467.534/0001-86, sediada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, n.º 48, conjunto 92, Jardim Paulista, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório n.º 10.454, de 24 de junho de 2009 ("GERIBÁ"), tão logo a GERIBÁ conclua seu processo de adesão ao Código de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE editado conjuntamente pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital – ABVCAP e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, ora em andamento.

#### 4.3.3. Renúncia do Administrador ou do Gestor

A perda da condição de Administrador ou de Gestor do Fundo se dará em qualquer das seguintes hipóteses:

- a. renúncia do Administrador ou do Gestor, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos Cotistas e à CVM;
- b. destituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas regularmente convocada e instalada nos termos do Regulamento, na qual deverá também ser eleito o substituto;
- c. descredenciamento do Administrador ou do Gestor, em conformidade com as normas que regulam o exercício das respectivas atividades.

No caso de renúncia do Administrador ou do Gestor, o renunciante deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador/gestor temporário até a eleição de um novo administrador/gestor.

Na hipótese de renúncia ou descredenciamento do Administrador ou do Gestor, o Administrador ficará obrigado a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleição do substituto respectivo, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

#### 4.4. Demais Prestadores de Serviço do Fundo

##### 4.4.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários será realizada pelo Banco Bradesco S.A. instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12.

#### 4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 33, 17º andar – São Paulo – SP – CEP: 04530-904 - Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29.

#### 4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é buscar obter retornos absolutos correspondente à variação da Taxa DI, mediante o direcionamento de seus investimentos em carteira de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia Investida. Não obstante, não há qualquer garantia do Administrador ou do Gestor de que o Fundo acompanhará a variação da Taxa DI ou a superará.

#### 4.6. Política de Investimentos

O Fundo investirá em Valores Mobiliários de emissão da Companhia Investida, assegurando-se ao Fundo a participação no processo decisório e influência na política estratégica da companhia a ser investida, conforme previsto abaixo, e em consonância com o parágrafo segundo, artigo 2º da Instrução CVM nº. 391/03.

A Companhia Investida será uma companhia brasileira, fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo objeto social principal será o investimento direto ou indireto em projetos imobiliários relacionados ao programa federal “Minha Casa Minha Vida”.

O Fundo participará do processo decisório da Companhia Investida, sendo que tal influência se dará por uma das seguintes maneiras:

- (i) participação majoritária na Companhia Investida ou detenção de ações que integrem o bloco de controle; ou
- (ii) indicação de membros do Conselho de Administração com representatividade suficiente para influir na sua política estratégica e gestão; ou
- (iii) celebração de acordo de acionista; ou ainda,

(iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica da Companhia Investida e na sua gestão.

A Companhia Investida objeto de investimento pelo Fundo deverá, ainda, atender aos seguintes requisitos:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) obrigar-se, perante o Fundo, na hipótese de abertura de capital, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de prática de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- (vi) promover a auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Na realização dos investimentos do Fundo o Administrador observará as determinações do Gestor, salvo em caso de determinação contrária à legislação e à regulamentação aplicáveis, bem como no Regulamento.

Os Cotistas deverão atestar, nos termos do Regulamento, que, tendo em vista a natureza do investimento em participações, e a Política de Investimento do Fundo, estão cientes dos riscos inerentes às aplicações do Fundo, bem como que: (i) os ativos componentes da carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa e (ii) a carteira do Fundo estará concentrada em valores mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tal Companhia Investida.

#### 4.6.1. Formação e composição da Carteira

A composição da carteira do Fundo, durante o Período de Investimento, deverá atender ao disposto a seguir:

- a. No mínimo 90% (noventa por cento) da carteira do Fundo deverá estar representada por Valores Mobiliários de emissão da Companhia Investida, observado a Política de Investimentos do Fundo; e
- b. Até 10% (dez por cento) do Capital Investido poderá estar aplicado em Investimentos Líquidos.

O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) do seu Patrimônio Líquido na Companhia Investida.

Os limites estabelecidos no caput deste artigo não serão aplicáveis até o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente contado da data inicial (“Período de Investimento do Capital Integralizado”) da respectiva integralização de Cotas, no que tange aos recursos aportados em cada um dos eventos de integralização previstos nos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento.

Para o fim de verificação de enquadramento, deverão ser somados aos Valores Mobiliários de emissão da Companhia Investida, os valores:

- (i) destinados ao pagamento de despesas do Fundo, desde que limitado a 5% (cinco por cento) do Capital Comprometido;
- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento do Fundo:

- (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em Valores Mobiliários;
- (b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em Valores Mobiliários; ou
- (c) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador dos Valores Mobiliários desinvestidos.

Caso de desenquadramento da carteira do Fundo ao limite estabelecido no caput deste artigo, ultrapasse o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente contados da data da respectiva integralização de cotas, no que tange aos recursos aportados ao Fundo em cada um dos eventos de integralização previstos nos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimentos, o Administrador deve, em até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo para aplicação de recursos, reenquadrar a carteira, ou devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada, sendo sempre permitido ao Administrador realizar amortizações, independentemente de aprovação da Assembleia Geral de Cotistas ou do Gestor, para fins de enquadramento da carteira, nos termos da Instrução CVM nº 391/2003.

#### 4.7. Período de Investimento e Período de Desinvestimento

O Fundo deverá realizar os investimentos na Companhia Investida durante o Período de Investimento.

O Gestor poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente tendo em vista seu entendimento de que nenhum outro investimento na Companhia Investida deverá ser realizado, desde que aprovado em Assembleia Geral de Cotistas.

Uma vez encerrado o Período de Investimento, (i) nenhum novo investimento será realizado pelo Fundo, nem tampouco (ii) será exigida qualquer nova integralização (as “Integralizações



Adicionais”), ressalvada a cobrança de eventuais débitos de Cotistas Inadimplentes e nos casos previstos abaixo.

Excepcionalmente, o Gestor poderá, após o término do Período de Investimento, solicitar a realização de Integralizações Adicionais, limitadas ao valor do Capital Comprometido ainda não integralizado. As integralizações realizadas após o término do Período de Investimento serão destinadas para o pagamento, ou a constituição de reservas para pagamento:

- a. de despesas e responsabilidades do Fundo, incluindo a Taxa de Administração devida pelo Fundo, sendo certo que nenhum Cotista responderá por tais valores, se excederem aos respectivos Boletins de Subscrição ou Compromissos de Investimento; ou
- b. de investimentos específicos assumidos pelo Fundo antes ou no momento do término do Período de Investimento.

O Período de Investimento não poderá ser estendido, salvo por determinação da Assembleia Geral de Cotistas.

Durante o Período de Desinvestimento, o Gestor envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Cotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de Liquidação do Fundo.

O Fundo entrará em Liquidação ao final do Prazo de Duração ou de suas eventuais prorrogações.

Na hipótese de Liquidação ao final do Prazo de Duração, esta será realizada por meio da redução de capital da Companhia Investida e/ou venda imediata dos Valores Mobiliários ainda existentes na carteira do Fundo ou da entrega destes Valores Mobiliários aos Cotistas, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar maior resultado para os Cotistas.

Caso a Liquidação do Fundo seja realizada por meio da entrega aos Cotistas de Valores Mobiliários sem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, será contratado pelo Fundo, no momento da Liquidação, um avaliador, de acordo com as empresas aprovadas pelo Administrador e a ser escolhida pelos Cotistas a partir de lista tríplice apresentada pelo Gestor.



A Liquidação será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, o Administrador deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da Liquidação foram disponibilizados aos Cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao seu encerramento perante quaisquer autoridades.

O Administrador deverá iniciar a divisão do Patrimônio Líquido do Fundo entre os Cotistas, observadas a suas participações percentuais no Fundo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do término do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

As quantias que forem atribuídas ao Fundo resultantes da alienação dos Valores Mobiliários ou a título de redução de capital, juros ou outros rendimentos advindos dos Valores Mobiliários que integrem a carteira do Fundo, bem como quaisquer outras disponibilidades, serão incorporadas ao patrimônio líquido do Fundo, inclusive para reinvestimento de tais quantias. As quantias atribuídas ao Fundo pela Companhia Investida a título exclusivo de dividendos serão sempre distribuídas aos Cotistas diretamente, na proporção das Cotas por eles detidas.

As disponibilidades financeiras do Fundo resultantes da redução de capital ou alienação da Companhia Investida, juros ou outros rendimentos oriundos dos investimentos do Fundo devem ser distribuídas aos Cotistas, mediante amortização de Cotas, na proporção de suas Cotas, a critério do Gestor e realizada pelo Administrador, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da orientação formal do Gestor.

#### 4.8. Características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das Cotas

O patrimônio do Fundo será representado pelas Cotas, que serão de uma única classe. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas estão descritos neste Prospecto.

A Segunda Emissão é composta por, no mínimo, 1.000 (mil) Cotas, e no máximo, 4.000 (quatro mil) Cotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, com preço inicial de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Cota, totalizando a Segunda Emissão o montante mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e máximo, de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

O Preço de Emissão das Cotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Cota.

O Fundo poderá emitir novas Cotas mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

A Assembleia Geral que deliberar sobre novas emissões de Cotas definirá as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Cotas, observado o disposto na legislação aplicável.

##### 4.8.1. – Características das Cotas e Direitos Patrimoniais

O Fundo será constituído por Cotas que corresponderão a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e terão a forma nominativa.

Não haverá diferentes classes de Cotas. As Cotas do Fundo corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

As Cotas serão mantidas em contas de depósito em nome dos Cotistas.

#### 4.8.2. – Valor das Cotas

O valor das Cotas será calculado diariamente, com base nos preços de fechamento do dia útil anterior, de acordo com a metodologia de avaliação adotada pelo Administrador, nos termos do anexo I ao Regulamento e da legislação em vigor.

#### 4.8.3. – Direitos de Voto

Todas as Cotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Cotistas, correspondendo cada Cota a um voto.

#### 4.8.4. – Emissão e Subscrição de Cotas

Ao subscrever Cotas do Fundo, o investidor celebrará com o Administrador o Compromisso de Investimento e o Boletim de Subscrição, do qual deverá constar (i) o nome e a qualificação do Cotista; (ii) o número de cotas subscritas; e (iii) o preço de subscrição, o valor total que o Cotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Período de Investimento, de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo Administrador, mediante prévia e expressa recomendação do Gestor, na forma do Regulamento e do Compromisso de Investimento, e que obrigarão o Cotista à integralização total ou parcialmente as Cotas por ele subscritas, sob as penas previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e na legislação aplicável.

As Cotas representativas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do Fundo deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 06 (seis) meses contados, da publicação do presente Anúncio de Início de Distribuição, prorrogável por igual período, independentemente de autorização da CVM, pela Assembleia Geral de Cotistas, ou pelo próprio Administrador em caso de não haver ingresso de Cotistas ainda, caso o volume máximo de Cotas emitidas não seja atingido após o prazo inicial da distribuição.

#### 4.8.5. – Integralização das Cotas

Até o 10º (décimo) dia útil após o Fechamento, cada Cotista do Fundo deverá integralizar um aporte inicial em moeda corrente nacional de valor equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do Capital Comprometido constante dos respectivos Boletim de Subscrição e Compromisso de Investimento.

O Administrador deverá realizar as chamadas de capital, mediante prévia e expressa recomendação do Gestor, durante o Período de Investimentos, através do envio aos Cotistas, com

até 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da integralização destas cotas, de correspondência dirigida para os endereços constantes nos respectivos Boletins de Subscrição. Os recursos recebidos de acordo com as chamadas de capital realizadas deverão ser investidos até o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente, contados da data inicial para a respectiva integralização de cotas, no que tange aos recursos aportados ao Fundo em cada um dos eventos de integralização previstos nos Boletins de Subscrições e Compromisso de Investimento.

A integralização de cotas do Fundo se dará, em moeda corrente nacional, por meio do SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ou, alternativamente, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED.

Os Cotistas do Fundo estão isentos do pagamento de taxa de ingresso ou de saída do Fundo.

#### 4.8.6. – Inadimplência dos Cotistas

O Cotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, estabelecida no respectivo Boletim de Subscrição e no Compromisso de Investimento será notificado pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, sobre tal descumprimento, devendo saná-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

O Cotista Inadimplente que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento e nos respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimentos e não atender à notificação conforme disposto acima ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo CDI (conforme abaixo definido), pro rata temporis e de uma multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundos, cabendo ao Administrador junto com Gestor o direito de cancelar as Cotas subscritas e não integralizadas pelo Cotista Inadimplente, ou de ofertá-las a terceiros, arcando, neste caso, o Cotista Inadimplente, com as perdas e danos decorrentes de sua inadimplência para com o Fundo.

#### 4.8.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Cotas e Liquidação do Fundo

As Cotas do Fundo não são resgatáveis antes do término do Prazo de Duração do Fundo, mas poderão ser amortizadas no todo ou em parte, mediante orientação do Gestor, desde que respeitado o prazo de carência de 1 (um) ano contado da primeira integralização de Cotas do Fundo. Tais amortizações se darão pelo rateio das Disponibilidades a serem distribuídas pelo número de Cotas integralizadas existentes, observando-se a participação percentual dos Cotistas no Fundo.

A realização de amortizações durante o Prazo de Duração não desobrigará os Cotistas da realização das integralizações posteriores até que seja totalmente integralizado o Capital Comprometido.

O Administrador procederá a amortização das Cotas do Fundo, nos termos dos parágrafos acima, em 5 (cinco) dias úteis contados da orientação do Gestor.

Quando da Liquidação do Fundo, o Administrador deverá promover a divisão do Patrimônio Líquido do Fundo decorrente da alienação ou redução de capital da Companhia Investida entre os Cotistas, observadas as suas participações percentuais no Fundo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do término do Prazo de Duração.

#### 4.8.8. – Negociação das Cotas

As Cotas poderão ser objeto de transferência a outros Cotistas ou a terceiros mediante autorização da Assembleia Geral de Cotistas, observado o disposto nos parágrafos abaixo, não sendo considerada para os fins de tal Assembleia Geral de Cotistas as participações detidas pelo Cotista que deseje alienar suas Cotas.

O Cotista que deseje alienar suas Cotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita para o Administrador, com cópia para o Gestor, e o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas, para que os Cotistas, na própria Assembleia Geral de Cotistas convocada para este fim, se manifestem sobre a autorização para a transferência das Cotas.



Na própria Assembleia Geral de Cotistas que autorizar a transferência de Cotas, os Cotistas deverão manifestar seu interesse em exercer o direito de preferência para adquirir as Cotas correspondentes, na proporção das Cotas respectivamente detidas.

As Cotas do Fundo poderão ser negociadas e transferidas privadamente, desde que admitido e observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, com firma reconhecida, e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as Cotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização. O termo de cessão, devidamente registrado, deverá ser encaminhado pelo cessionário ao Administrador. O Administrador atestará o recebimento do contrato de cessão, e então será procedida a alteração da titularidade das Cotas nos respectivos registros do Fundo, tendo a citada alteração, como data base a data de emissão do recibo do termo de cessão pelo Administrador.

Os adquirentes das Cotas que ainda não estejam totalmente integralizadas deverão declarar formalmente ao Administrador que se comprometem, de maneira irrevogável e irretratável, a integralizar o saldo remanescente das Cotas subscritas e não integralizadas toda vez que demandado pelo Administrador.

Em qualquer das hipóteses de negociação de Cotas, as Cotas somente poderão ser transferidas a Cotistas ou a terceiros desde que a transferência seja previamente aprovada pelo Administrador, com base nas restrições legais e regulamentares, assim como em processo próprio de verificação da adequação de perfil de risco e investimento e de know your client (conheça seu cliente) dos potenciais novos Cotistas.

Os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Qualificado, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas.

A distribuição de Cotas será realizada pelo Administrador, ou conforme o caso, por outras instituições intermediárias, devidamente contratadas pelo Administrador, em nome do Fundo. As Cotas poderão ser objeto de distribuição pública primária e de negociação no mercado secundário, através dos módulos SDT - Módulo de Distribuição e SF – Módulo de Fundos respectivamente, em mercado de balcão organizado, operacionalizado pela CETIP ou, alternativamente, poderá ser realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED.

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista no Regulamento que coincidam com dias não úteis até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, entendendo-se como dia útil, para fins do Regulamento, qualquer dia que não sábado, domingo ou feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, nacionalmente não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, inclusive nos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP.

Para todos os fins de direito, a titularidade das Cotas será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador de Cotas, sem prejuízo da eventual emissão de “certificados representativos de Cotas”. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Cotas, o extrato expedido pela CETIP em nome do Cotista enquanto estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SF.

Mediante aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas poderá ocorrer a emissão e distribuição de novas Cotas do Fundo, as quais deverão ser subscritas pelo Preço de Subscrição, observado o direito de preferência dos Cotistas, conforme descrito no Regulamento.

O Cotista que desejar alienar suas Cotas no todo ou em parte deverá respeitar os eventuais limites e condições legais e regulamentares, observado o direito de preferência em relação ao ingresso de novos Cotistas, após a efetivação pelo Fundo de seu primeiro investimento, não havendo impacto aos antigos Cotistas.



#### 4.9. Demonstrações financeiras e avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas das do Administrador e do Gestor, bem como do Custodiante e do depositário.

Os ativos e passivos do Fundo, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados com base nos princípios gerais de contabilidade brasileiros, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos.

As demonstrações financeiras do Fundo relativas ao exercício, que se findará no último dia de fevereiro de cada ano, deverão ser emitidas em até 90 (noventa) dias após o término do exercício e estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

A avaliação do valor da carteira do Fundo será feita utilizando-se para cada Valor Mobiliário integrante da carteira, os critérios estabelecidos no anexo I ao Regulamento.

O Gestor poderá contratar empresas especializadas na confecção de laudos para determinação do valor líquido provável de realização, devendo o laudo ser aprovado pelo Administrador.

#### 4.10. Assembleia Geral de Cotistas

Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria, e de outras matérias previstas em outros artigos do Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas o seguinte:

- a. tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- b. deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações por Cotistas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 34 do Regulamento;

- c. deliberar sobre eventual alteração do critério de cálculo da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance, conforme previsto nos artigos 18 e 19 do Regulamento, respectivamente;
- d. deliberar sobre a alteração do Prazo de Duração e do Período de Investimento do Fundo;
- e. deliberar sobre a alteração do Regulamento do Fundo;
- f. deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual Liquidação do Fundo;
- g. deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- h. deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- i. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- j. deliberar sobre a modificação do Tipo ANBIMA;
- k. deliberar sobre a transferência de Cotas, com base, na hipótese de transferência para terceiros;
- l. deliberar sobre a destituição ou substituição do Gestor e escolha de seu substituto; e
- m. deliberar sobre a continuidade do Fundo, na hipótese de desligamento do Diretor Responsável do Gestor designado no Regulamento.

As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formalizada por correio eletrônico, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da consulta para respondê-la pelos mesmos meios.



Este Regulamento poderá ser alterado pelo Administrador, independentemente da deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou de consulta aos Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de até 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas pode ser convocada a qualquer tempo pelo Administrador, pelo Gestor ou por Cotistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas pelo Fundo.

A Assembleia Geral de Cotistas será instalada e realizada na sede do Administrador, salvo quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar a correspondência enviada aos Cotistas indicará, com clareza o lugar da reunião, com a presença de Cotistas que detenham, em conjunto, ao menos 50% (cinquenta por cento) das Cotas emitidas.

A Assembleia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

A convocação para a Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante carta, encaminhada ao endereço cadastrado de cada Cotista ou, alternativamente, para os e-mails cadastrados por ocasião do preenchimento da documentação cadastral ou posteriormente atualizado pelo Cotista ou, ainda, por publicação no Jornal "Diário Mercantil", e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas, bem como a respectiva ordem do dia.

As convocações da Assembleia Geral de Cotistas deverão ser feitas com 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para sua realização.

Independentemente de convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas que deva deliberar anualmente sobre as demonstrações financeiras do Fundo somente pode ser realizada após o envio aos Cotistas das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM n.º 391/03.

Para o bom desempenho da Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador elaborará e disponibilizará o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada assembleia a partir da data da convocação.

Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Cotistas os representantes legais dos Cotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Nas deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas, a cada Cota será atribuído o direito a um voto.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que tal comunicação seja recebida com no mínimo 1 (um) dia de antecedência à realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas.

As deliberações relativas às matérias previstas nas letras (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j) e (k) acima dependerão de aprovação por Cotistas detentores de Cotas que representem a maioria absoluta das Cotas em circulação. A deliberação relativa à matéria prevista na letra (l) dependerá de aprovação por Cotistas detentores de Cotas que representem 80% (oitenta por cento) das Cotas em circulação, sendo que as demais matérias poderão ser deliberadas pela maioria simples dos Cotistas.

O quorum definido para aprovação da matéria prevista na letra (l) será reduzido para maioria simples dos Cotistas, exclusivamente para a aprovação da substituição do atual Gestor pela GERIBÁ.

O quorum definido para aprovação da matéria prevista na letra (l) será reduzido para maioria absoluta das Cotas em circulação nas hipóteses de justa causa (“Justa Causa”), considerada como tal a comprovação de que o prestador de serviço ao Fundo, indicado no Regulamento (i) atuou com culpa, negligência, imprudência ou de forma fraudulenta; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar no desempenho de suas funções, não tendo sanado-as no prazo

de 10 (dez) dias quando notificado do descumprimento por qualquer dos interessados; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro nacional; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários; (v) faliu, ou teve recuperação judicial ou extrajudicial decretada. Caso o Gestor não concorde com a posição dos Cotistas, quanto à caracterização da Justa Causa, caberá, em última instância, à decisão quanto à efetiva ocorrência da Justa Causa por arbitragem, submetida ao Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("CCBC").

#### 4.11. Situações de conflitos de interesses

O Administrador e o Gestor deverão sempre agir de boa-fé, e na hipótese de potencial conflito de interesses, submeter sua resolução à avaliação da Assembleia Geral de Cotistas.

Salvo nos casos já previstos neste Prospecto, qualquer transação e/ou contratação entre (i) o Fundo e o Administrador e/ou o Gestor, salvo os contratos necessários para estruturação do Fundo, ou (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada ou gerida pelo Administrador e/ou pelo Gestor, ou (iii) o Gestor e a Companhia Investida será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada à avaliação da Assembleia Geral de Cotistas.

Também serão consideradas hipóteses de potencial conflito de interesses quaisquer transações e/ou contratações entre a Companhia Investida e as entidades administradas e/ou geridas pelo Administrador e/ou pelo Gestor, ou ainda, quaisquer transações e/ou contratações entre a Companhia Investida e as entidades das quais os Cotistas ou seus parentes até 2º grau participem direta ou indiretamente.

Os Cotistas deverão informar ao Gestor, o qual informará ao Administrador, que informará aos demais Cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesse com o Fundo e/ou com os demais Cotistas e abster-se-ão de votar nas Assembleia Geral de Cotistas, conforme o caso, realizadas para resolução de tal conflito de interesse.

Não se configura como conflito de interesses a realização de investimentos pelo Fundo, pela Companhia Investida, pelos Cotistas ou por quaisquer pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, com o Fundo em fundos de investimentos administrados ou geridos pelo Administrador, pelo Gestor ou por empresas pertencentes ao grupo econômico de ambos.

O exercício das funções de Administrador e de Gestor não impedirá que estes continuem a exercer todas as atividades que lhes sejam permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras e/ou às instituições autorizadas pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, conforme o caso. No exercício dessas atividades, o Administrador e o Gestor poderão tomar posições de investimento ou recomendar aplicações que sejam diferentes daquelas recomendadas ao Fundo, diferentes dos investimentos feitos pelo Fundo ou que envolvam empresas concorrentes daquelas em que o Fundo tiver seus recursos investidos, sem que tais recomendações sejam consideradas como atos de conflito de interesse ou de quebra da relação fiduciária existente com o Fundo.

#### 4.12. Investimento Conjunto

Caso o Gestor entenda ser apropriado e desde que não viole nenhuma lei ou o Regulamento, este poderá oferecer aos Cotistas do Fundo, oportunidades de participar dos investimentos do Fundo na Companhia Investida, na qualidade de co-investidores e na proporção do investimento a ser estabelecida pelo próprio Gestor.

Nesse caso, cada Cotista terá o direito de preferência para participar de tais investimentos como co-investidor, na forma rateada entre os demais Cotistas, de acordo com a proporção dos valores com que tiverem concorrido para o Capital Investido.

Os Cotistas terão o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da data do recebimento da comunicação para se manifestar quanto à sua intenção de exercer seu direito de preferência e participar como co-investidores nas oportunidades oferecidas pelo Fundo.

O não envio da notificação de intenção de participação como co-investidor por qualquer Cotista dentro do prazo acima estabelecido será considerado como renúncia ao seu direito de preferência.

Na hipótese de um ou mais Cotistas não exercerem o direito de preferência, os demais deverão ser notificados pelo Administrador e pelo Gestor para que manifestem eventual interesse em participar

como co-investidores em proporção superior àquela com que tenham concorrido para o Capital Investido.

Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores sem que tenha havido, por parte dos demais Cotistas, exercício de direito de preferência em relação à totalidade do co-investimento oferecido pelo Fundo, o Fundo poderá ofertar a terceiros participação como co-investidores, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Cotistas.

Será permitido ao Administrador e/ou ao Gestor o coinvestimento na Companhia Investida, desde que observados os princípios de boa-fé e, ainda, desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas.

#### 4.13. Política de divulgação de informações relativas ao Fundo

O Administrador deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, e também aos Cotistas, as seguintes informações:

I – trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de Cotas emitidas.

II – semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas de parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração do Administrador e do Gestor de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM n.º 391/03 e do Regulamento;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento e na Legislação aplicável, devendo ser especificado o seu valor; e

- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

III – anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer da Empresa de Auditoria;
- (b) o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento e na legislação pertinente, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas ou divulgadas pelo Fundo deverão estar em conformidade com o relatório anual enviado à CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

O Administrador se compromete, ainda, a disponibilizar aos Cotistas todas as demais informações sobre o Fundo e/ou sua administração e a facilitar aos Cotistas, ou terceiros em seu nome, devidamente constituídos por instrumento próprio, o exame de quaisquer documentos relativos ao Fundo e à sua administração, mediante solicitação prévia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.



Caso alguma informação do Fundo seja divulgada com incorreções ou informações não verdadeiras que possam induzir o investidor a erros da avaliação, o Administrador, por iniciativa própria ou por determinação da CVM, deverá utilizar-se do mesmo veículo de divulgação da informação errônea, constando de modo expreso que a informação está sendo republicada por determinação da CVM, se for o caso.

#### 4.14. Remuneração do Administrador, Gestor e Encargos do Fundo

##### 4.14.1. Taxa de Administração

A Taxa de Administração destinada ao Administrador, ao Gestor e aos demais prestadores de serviços de administração, na proporção pactuada entre eles e informada ao Fundo, será equivalente à percentagem de 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) do Capital Comprometido corrigido anualmente, no último dia de cada ano, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou o valor mínimo mensal de R\$6.000,00 (seis mil reais) mensais, o que for maior.

A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços do Custodiante e da Empresa de Auditoria do Fundo, que poderão ser cobrados do Fundo, a título de despesa, conforme disposto no Capítulo VIII do Regulamento.

A Taxa de Administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como despesa do Fundo e paga mensalmente, até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

#### 4.14.2. Taxa de Performance

O Gestor receberá, ainda, Taxa de Performance auferida em virtude do resultado do Fundo, equivalente a (i) 20% (vinte por cento) da rentabilidade do capital integralizado já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo Fundo, inclusive a Taxa de Administração, que exceder a variação mensal obtida através da acumulação, na forma de capitalização composta, da Taxa DI (“Retorno Preferencial”), conforme definido abaixo:

(i) Até que os Cotistas recebam, por meio do pagamento de distribuição de dividendos e/ou amortização e/ou resgate de suas Cotas, recursos e/ou Valores Mobiliários que correspondam a 100% (cem por cento) do valor do Capital Investido corrigido pelo Retorno Preferencial, não será devida Taxa de Performance;

(ii) Após o retorno integral do Capital Investido corrigido pelo Retorno Preferencial aos Cotistas, quaisquer outros pagamentos aos Cotistas resultantes do retorno de seus investimentos deverão observar a seguinte proporção: (a) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Cotistas a título de distribuição de rendimentos e/ou pagamento de amortização e/ou resgate de Cotas do Fundo; e (b) 20% (vinte por cento) serão pagos diretamente pelo Fundo ao Gestor a título de Taxa de Performance.

$P$  = total da Taxa de Performance

$P = 20\% [VD - (Cc - VDa)]$ , onde  $P > 0$

VD = Valor a ser distribuído aos Cotistas a título de dividendos ou amortização e/ou resgate de Cotas pelo Fundo, bruto da Taxa de Performance,

Cc = Soma de todas as integralizações de Cotas feitas pelos Cotistas corrigidas desde as respectivas datas de recebimento pelo Fundo pelo Retorno Preferencial até o momento de cálculo da Taxa de Performance,

VDa = Soma de todos os valores já distribuídos aos Cotistas a título de dividendos ou amortização de Cotas do Fundo corrigidos desde as respectivas datas de pagamento pelo Retorno Preferencial até o momento de cálculo da Taxa de Performance, limitado ao valor de Cc.



A Taxa de Performance será distribuída ao Gestor na data de cada distribuição de resultados aos Cotistas do Fundo, em decorrência de amortização ou resgate final de Cotas pelo Fundo ou da distribuição de dividendos diretamente pela Companhia Investida.

O pagamento da remuneração ao Gestor será efetuado diretamente pelo Fundo.

Na hipótese de extinção da Taxa DI ou suspensão de sua divulgação, será utilizada, a partir da data da efetiva extinção ou suspensão da Taxa DI, a taxa básica do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) conforme apurada e divulgada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Caso o Gestor renuncie ou seja descredenciado pela CVM ou ainda tenha sido destituído com Justa Causa, conforme definido neste Prospecto, pela Assembleia Geral de Cotistas, este não fará jus ao recebimento de qualquer valor a título de Taxa de Performance, sem prejuízo de eventuais valores recebidos pelo Gestor anteriormente à data da renúncia, descredenciamento ou destituição.

Caso o Gestor seja destituído sem Justa Causa, a apuração da remuneração devida a título de Taxa de Performance que deverá ser paga ao Gestor, sem prejuízo de eventuais valores recebidos pelo Gestor anteriormente à data da destituição, será calculada de acordo com a metodologia abaixo:

Será contratado pelo Fundo, no momento da destituição, uma empresa especializada, escolhida pelos Cotistas a partir de lista tríplice apresentada pelo Gestor que relacione empresas renomadas e de reputação no mercado e que não possuam vínculo de qualquer espécie com o Gestor. Esta empresa especializada determinará o “VD” que corresponde ao valor a que fazem jus os Cotistas a título de amortização ou resgate de Cotas do Fundo. O valor correspondente ao valor de Taxa de Performance devida será apurado pela utilização da fórmula acima.

(i) Após a distribuição aos Cotistas do Capital Investido devidamente corrigido pela variação do Retorno Preferencial, a Taxa de Performance Devida deverá ser paga ao Gestor destituído, antes de quaisquer outros pagamentos de Taxa de Performance à nova gestora.

(ii) A Taxa de Performance devida estará limitada ao valor total de Taxa de Performance devida pelo Fundo, independente do valor provisionado. Ou seja, o Fundo não pagará nenhuma

remuneração ao Gestor destituído se não tiver gerado retornos superiores ao Retorno Preferencial. Da mesma forma, a nova gestora não receberá qualquer quantia a título de Taxa de Performance até que a Taxa de Performance Devida seja integralmente paga ao Gestor.

O atual Gestor do Fundo (Alto Capital Gestora de Recursos Ltda.) não perceberá qualquer remuneração relacionada à Taxa de Performance caso venha a ser substituído pela GERIBÁ por meio da Assembleia Geral de Cotistas.

Serão aplicáveis ainda os procedimentos e condições constantes nos parágrafos acima caso o Gestor não concorde com quaisquer deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, ocasião em que os valores relativos à sua parcela da Taxa de Administração e dos valores de Taxa de Performance deverão ser pagos ao Gestor nos termos vigentes anteriormente às referidas deliberações, sem prejuízo da possibilidade do Gestor permanecer no exercício de suas funções.

#### 4.14.3. Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo além da Taxa de Administração e Taxa de Performance, as seguintes despesas que poderão ser debitadas pelo Administrador:

- a. emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e Valores Mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- b. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- c. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- d. despesas com correspondências do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- e. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;

- f. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo se for o caso;
- g. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- h. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- i. quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou Liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Cotistas até o limite anual correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- j. taxas de custódia de Valores Mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- k. despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite anual correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas; e
- l. despesas com escrituração de Cotas, sendo que os Cotistas ao aderirem ao presente Regulamento ficam cientes e aprovam, expressamente, que tais despesas sejam consideradas como encargo do Fundo, podendo ser debitadas da carteira independentemente da Taxa de Administração.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Cotistas.



O Administrador, na qualidade de representante do Fundo, poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos seus prestadores de serviços.

Sem prejuízo do limite estabelecido no item (i) acima, somente poderão ser atribuídas ao Fundo despesas relacionadas à respectiva constituição (taxas regulatórias e de estruturação, custos cartorários, publicações e honorários do assessor legal) incorridas nos 12 (doze) meses anteriores ao início de funcionamento do Fundo, tais despesas devem ser ratificadas em Assembleia Geral de Cotistas. Os comprovantes das despesas mencionadas neste parágrafo deverão ser passíveis de nota explicativa e de auditoria no momento em que forem elaboradas as demonstrações financeiras do primeiro exercício fiscal do Fundo.

#### 4.15. Regras de tributação do Fundo e dos Cotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas do Fundo e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem vir a incidir sobre determinadas operações a serem realizadas pelos Cotistas, motivo pelo qual sugere-se que estes consultem seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### 4.15.1. Tributação aplicável aos Cotistas do Fundo

###### IOF/Títulos

As operações com as Cotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

## IOF/Câmbio

As operações de câmbio para conversão de moeda estrangeira para Real, bem como de Real para moeda estrangeira, porventura geradas em razão do investimento em cotas do FUNDO, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota do IOF/Câmbio pode variar de 0% (zero por cento) até 25% (vinte e cinco por cento), conforme decisão do poder executivo.

## Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Cotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Cotas; (b) o resgate de Cotas do Fundo; e (c) a amortização de Cotas do Fundo.

### I. Cotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos na alienação, no resgate ou na amortização das Cotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

### II. Cotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689/00 (“Cotistas Qualificados”) é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) (“Paraíso Fiscal”).

#### II.a. Investidor Estrangeiro\_Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os rendimentos auferidos pelos cotistas do Fundo que sejam Investidores Estrangeiros Não Residentes em Paraíso fiscal serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 0%. Ganhos devem estar sujeitos ao mesmo tratamento tributário privilegiado. Esse tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% ou mais da totalidade das cotas do Fundo ou cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% do total de rendimentos auferidos pelo

Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% de seu patrimônio líquido (excetuado desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nesses casos, ainda, os rendimentos e os ganhos auferidos na cessão ou alienação das cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

#### II.b Investidor Estrangeiro Residentes em Paraíso Fiscal

Os Investidores Estrangeiros Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos cotistas do Fundo Residentes no Brasil.

Caso o Fundo não cumpra com o requisito de composição mínima de 67% da sua carteira em ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, bem como não observe as regras da CVM previstas na Instrução CVM nº 391, os valores distribuídos aos cotistas estarão sujeitos à tributação regressiva com alíquotas variando entre 22,5% e 15%, conforme o prazo de aplicação do investidor no Fundo.

#### 4.15.2. Tributação Aplicável ao Fundo

##### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

##### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.





#### 4.16. Atendimento aos Cotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

**BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3219-2535

Fax.: (21) 3219-2501

e-mail: [fip@bnymellon.com.br](mailto:fip@bnymellon.com.br)

Website: [www.bnymellon.com.br/sf/](http://www.bnymellon.com.br/sf/) - clicar no campo "Fundos de Investimentos" (situado na pagina lado esquerdo superior) e depois clicar no campo "Fundos Administrados" (situado na pagina lado esquerdo superior) - selecionar o filtro ao Gestor (Alto Capital Gestora de Recursos Ltda.)/Tipo de Fundo (Fundo de Investimento em Participações) e clicar em Ok. - clicar no nome do fundo desejado - no campo superior direito da página aparecerá o(s) arquivo (s) a serem selecionados - clicar na opção "Regulamento" e "Prospecto".

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BNY MELLON

## 5. ANEXOS

---

- **Anexo I** - Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo
- **Anexo II** - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto
- **Anexo III** - Declaração do Administrador e Distribuidor
- **Anexo IV** - Cópia do Instrumento Particular de Re-Ratificação de Alteração que deliberou sobre a Oferta
- **Anexo V** - Cópia da Minuta do Instrumento Particular de Subscrição de Cotas e Compromisso de Integralização da Segunda Emissão de Cotas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BNY MELLON

---

**ANEXO I**

- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3ºRTD-RJ-Reg. n.º 1048095  
 Emolumentos R\$ 218,13  
 Distribuidor R\$ 14,75  
 Mutua/Acolarij R\$ 10,25  
 Falt/Fundpen/Funpen R\$ 68,13  
 Total R\$ 311,26




BNY MELLON  
 ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

REGISTRO DE 1048 DOCUMENTOS  
 3º OFÍCIO

-8 AGO 2011 1048095

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO GERIBÁ MCMV I  
 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES  
 CNPJ/MF n.º 10.424.119/0001-45**

Pelo presente instrumento particular, a **BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("ADMINISTRADOR")**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61, neste ato representado de acordo com seu Estatuto Social, na qualidade de administrador do **GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 10.424.119/0001-45 ("FUNDO").

3º REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - NUA  
 DA QUITANDA Nº 1.º ANO CENTO E NOVE  
 MIRIAM SANT'ANA CASTILHO  
 1º ONICIAL SUBSTITUTA

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) O FUNDO encontra-se devidamente constituído e registrado para funcionamento perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e
- (ii) O FUNDO não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, cotas do FUNDO ("Cotas") em circulação.

**Resolve o ADMINISTRADOR:** ajustar a definição de "PERÍODO DE DESINVESTIMENTO" contida no Artigo 2º do Regulamento do FUNDO, bem como ajustar o Artigo 4º, referente ao período do PRAZO DE DURAÇÃO, de modo que passarão a vigorar com as seguintes redações:

**"Artigo 2º -**

(...)

**PERÍODO DE DESINVESTIMENTO** – é o período de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados do término do PERÍODO DE INVESTIMENTO, que poderá ser alterado caso o PERÍODO DE INVESTIMENTOS seja modificado por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

(...)

**Artigo 4º -** O FUNDO terá PRAZO DE DURAÇÃO de 720 (setecentos e vinte) dias, contado da INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, podendo ser reduzido ou prorrogado mediante deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, conforme orientação do GESTOR. O PRAZO DE

*DURAÇÃO poderá ser reduzido ou prorrogado por quantas vezes os COTISTAS reunidos em ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS entenderem apropriado."*

E, estando assim deliberadas as matérias acima indicadas, vai o presente instrumento assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2012.

  
**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS**  
**DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
**ADMINISTRADOR**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

-8 AGO 2012 1048095

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



**CERTIFICO E DOU** que o presente documento achase  
averbado a margem do Registro original feito neste Ofício, no  
Livro... 8-65... sob o n.º de ordem... 1047735... 179846  
e Protocolado sob o n.º... 061081... RJ, 08/08/12  
em... 06/08/12...  
3.º Ofício de Reg. de Tít. e Documentos

3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua de Quilanda, 521, 2.º and. Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
protocolo e data supostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO  
Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular  
Miriam Sant'Ana Castilhosgi - 1.ª Oficial Substituto  
Ricardo V. Inezinho Antunes - 2.ª Oficial Substituto







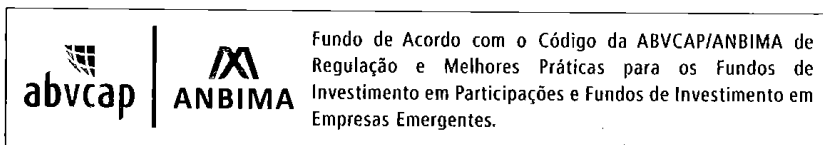
BNY MELLON

---

**ANEXO II**

- Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## REGULAMENTO DO GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. - CENTRO/RJ  
MIRIAM SANT'ANA CASTELPOGGI  
1.ª OFICIAL SUBSTITUTA

### CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

**Artigo 1º - O GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES,** constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma companhia fechada, e reger-se-á pelo presente REGULAMENTO, pela INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03 e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro** – O FUNDO será destinado exclusivamente a INVESTIDORES QUALIFICADOS.

**Parágrafo Segundo** - O ADMINISTRADOR, o GESTOR, os demais prestadores de serviços do FUNDO ou pessoas a eles ligadas, e seus respectivos sócios e administradores poderão participar como cotistas do FUNDO.

**Parágrafo Terceiro** - Para os fins do artigo 13, inciso XI do CÓDIGO ABVCAP/ANBIMA, conforme definido no artigo 2º deste REGULAMENTO, o FUNDO se classifica como Diversificado, Tipo 3.

### DEFINIÇÕES

**Artigo 2º** - Para fins do presente REGULAMENTO, as expressões abaixo listadas, quando escritas em letra maiúscula, terão os seguintes significados:



BNY MELLON  
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

**ADMINISTRADOR** – é a BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, com sede na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pela CVM, conforme Ato Declaratório n.º 4620, de 19 de dezembro de 1997.

**ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS** – é a assembleia prevista no Capítulo VI deste REGULAMENTO.

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO** – é o Boletim de Subscrição de Cotas, que será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR e do qual deverá constar (i) o nome e a qualificação do COTISTA; (ii) o número de COTAS subscritas; e (iii) o preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.

**CAPITAL COMPROMETIDO** – é o valor correspondente à quantidade total de COTAS subscritas pelos COTISTAS do FUNDO, independentemente da efetiva integralização de COTAS.

**CAPITAL INVESTIDO** - é o valor total integralizado das COTAS do FUNDO.

**CETIP** – a Cetip S.A. Mercados Organizados.

**CHAMADAS DE CAPITAL** – são as chamadas pelo ADMINISTRADOR, mediante prévia e expressa recomendação do GESTOR, realizadas durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO, após a INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, para que os COTISTAS aportem recursos no FUNDO visando à integralização do saldo remanescente do respectivo CAPITAL COMPROMETIDO, até o limite deste, sem prejuízo de ocorrerem após este período para suprir necessidades de pagamento de despesas do FUNDO.

**CÓDIGO ABVCAP/ANBIMA** - significa o Código de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE editado conjuntamente pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital – ABVCAP e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

**COMPANHIA INVESTIDA** – será a companhia brasileira, fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo objeto social principal será o investimento direto ou indireto em projetos imobiliários relacionados ao programa federal "Minha Casa Minha Vida".

**COMPROMISSO DE INVESTIMENTO** – é o Instrumento Particular de Subscrição de Cotas e Compromisso de Integralização, por meio do qual os COTISTAS se obrigam a integralizar o valor das COTAS do FUNDO que vierem a subscrever, mediante CHAMADAS DE CAPITAL.

**COTAS** – correspondem a frações ideais do PATRIMÔNIO LÍQUIDO do FUNDO, na forma do artigo 5º deste REGULAMENTO.

**COTISTA** – é o detentor das COTAS do FUNDO.

**COTISTA INADIMPLENTE** – é o COTISTA que deixa de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no FUNDO, estabelecida no respectivo BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO e no COMPROMISSO DE INVESTIMENTO e, notificado pelo ADMINISTRADOR sobre tal descumprimento, conforme orientação do GESTOR, deixe de saná-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

**CUSTODIANTE** - BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12.

**CVM** – é a Comissão de Valores Mobiliários.

**DISPONIBILIDADES** – são todos os valores em caixa e em INVESTIMENTOS LÍQUIDOS, inclusive os montantes decorrentes de redução de capital da COMPANHIA INVESTIDA.

**EMPRESA DE AUDITORIA** – é a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 33, 17º andar – São Paulo – SP – CEP: 04530-904 - Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29.

**EXIGIBILIDADES** - são as obrigações e encargos do FUNDO, incluindo as provisões eventualmente existentes para pagamento da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO e da TAXA DE PERFORMANCE, eventualmente devida.



**FECHAMENTO** – é a data de encerramento da distribuição de cada emissão de COTAS do FUNDO.

**FUNDO** – é o GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a INVESTIDORES QUALIFICADOS, regido pelo presente REGULAMENTO, pela INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03 e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

**GERIBÁ** – Geribá Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.467.534/0001-86, sediada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, n.º 48, conjunto 92, Jardim Paulista, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório n.º 10.454, de 24 de junho de 2009.

**GESTOR** – é a ALTO CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.669.820/0001-10, sediada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gonçalves Dias, n.º 30, 3º andar, Centro, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, que será substituída mediante deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS tão logo a GERIBÁ conclua seu processo de adesão ao CÓDIGO ABVCAP/ANBIMA, ora em andamento.

**INTEGRALIZAÇÃO INICIAL** – é o aporte inicial de recursos em valor equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o CAPITAL COMPROMETIDO constante dos respectivos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO, que deverá ser integralizado por cada COTISTA até o 10º (décimo) dia útil após o FECHAMENTO enviada aos COTISTAS, pelo ADMINISTRADOR, mediante prévia e expressa recomendação do GESTOR.

**INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03** – é a Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003 e alterações posteriores, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.

**INSTRUÇÃO CVM n.º 400/03** – é a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados

primário ou secundário, e revoga a Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, e a Instrução CVM nº 88, de 3 de novembro de 1988.

INSTRUÇÃO CVM n.º 409/04 – é a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento que não sejam regidos por regulamentação própria.

INVESTIDORES QUALIFICADOS – são os investidores qualificados, assim definidos pelo Artigo 109 da INSTRUÇÃO CVM n.º 409/04.

INVESTIMENTOS - São os investimentos predominantes do FUNDO, como definidos no Capítulo IV deste REGULAMENTO.

INVESTIMENTOS LÍQUIDOS – são as cotas de fundos de investimento regulados pela INSTRUÇÃO CVM n.º 409/04 das classes referenciado DI e renda fixa, inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR ou empresas a estes ligadas, e/ou títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil.

LIQUIDAÇÃO – é o encerramento do FUNDO, conforme definido no Capítulo X deste REGULAMENTO.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – é o valor resultante da soma das DISPONIBILIDADES do FUNDO, mais o valor da carteira, mais valores a receber, mais outros ativos, menos EXIGIBILIDADES e outros passivos.

PERÍODO DE DESINVESTIMENTO – é o período de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados do término do PERÍODO DE INVESTIMENTO, que poderá ser alterado caso o PERÍODO DE INVESTIMENTOS seja modificado por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

PERÍODO DE INVESTIMENTO – é o período de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia na data da INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, durante o qual o FUNDO deverá realizar os

investimentos na COMPANHIA INVESTIDA, que poderá ser alterado por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

**PRAZO DE DURAÇÃO** – é o período de 720 (setecentos e vinte) dias que se inicia na data da INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, durante o qual o FUNDO realizará todas as suas atividades, que poderá ser reduzido ou prorrogado por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, conforme recomendação do GESTOR.

**PREÇO DE SUBSCRIÇÃO INICIAL** – é o preço de subscrição de cada COTA, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), válido para a emissão de COTAS do FUNDO.

**PREÇO DE SUBSCRIÇÃO** – é o preço de subscrição de cada COTA em emissões subsequentes de COTAS, a ser definido por ocasião das emissões respectivas.

**PÚBLICO-ALVO** – é o público a que o FUNDO se destina, constituído exclusivamente por INVESTIDORES QUALIFICADOS.

**REGULAMENTO** – é o presente REGULAMENTO que rege o FUNDO.

**SUBSCRIÇÃO MÍNIMA** – Cada um dos COTISTAS do FUNDO deverá subscrever no mínimo a quantidade de COTAS equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais).

**TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** – é a remuneração devida ao ADMINISTRADOR, GESTOR e demais prestadores de serviços de administração pelo FUNDO, com exceção do CUSTODIANTE, da EMPRESA DE AUDITORIA do FUNDO eventualmente contratados pelo FUNDO nos termos deste REGULAMENTO, calculada nos termos do artigo 18 deste REGULAMENTO.

**TAXA DE PERFORMANCE** – é a remuneração devida ao GESTOR pelo FUNDO, calculada nos termos do artigo 19 deste REGULAMENTO.

**TAXA DI** – a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 dias úteis).



**VALORES MOBILIÁRIOS** – são ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, ou que confiram o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações adequados a exigências específicas da COMPANHIA INVESTIDA.

**VALOR MÁXIMO DA EMISSÃO INICIAL DE COTAS** – é o valor de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

**VALOR MÍNIMO DA EMISSÃO INICIAL DE COTAS** – é o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

## OBJETIVO

**Artigo 3º** - O objetivo do FUNDO é buscar obter retornos absolutos correspondente à variação da TAXA DI, mediante o direcionamento de seus investimentos em carteira de VALORES MOBILIÁRIOS emitidos pela COMPANHIA INVESTIDA. Não obstante, não há qualquer garantia do ADMINISTRADOR ou do GESTOR de que o FUNDO acompanhará a variação da TAXA DI ou a superará.

**Parágrafo Primeiro** - A COMPANHIA INVESTIDA objeto de investimento pelo FUNDO deverá seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

(v) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e

(vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

**Parágrafo Segundo** - O FUNDO participará do processo decisório da COMPANHIA INVESTIDA, sendo que tal influência se dará por uma das seguintes maneiras:

- (i) participação majoritária na COMPANHIA INVESTIDA ou detenção de ações que integrem o bloco de controle; ou
- (ii) indicação de membros do Conselho de Administração com representatividade suficiente para influir na sua política estratégica e gestão; ou
- (iii) celebração de acordo de acionista; ou ainda,
- (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica da COMPANHIA INVESTIDA e na sua gestão.

#### **DURAÇÃO**

**Artigo 4º** - O FUNDO terá PRAZO DE DURAÇÃO de 720 (setecentos e vinte) dias, contado da INTEGRALIZAÇÃO INICIAL, podendo ser reduzido ou prorrogado mediante deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, conforme orientação do GESTOR. O PRAZO DE DURAÇÃO poderá ser reduzido ou prorrogado por quantas vezes os COTISTAS reunidos em ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS entenderem apropriado.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DAS COTAS E DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

#### **COTAS E SUA NEGOCIABILIDADE**

**Artigo 5º** – O FUNDO será constituído por COTAS que corresponderão a frações ideais de seu PATRIMÔNIO LÍQUIDO e terão a forma nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos. Não haverá diferentes classes de COTAS.. As COTAS serão mantidas em contas de depósito em nome dos COTISTAS.

**Parágrafo Primeiro** – As COTAS poderão ser objeto de transferência a outros COTISTAS ou a terceiros mediante autorização da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, observado o disposto no Parágrafo Sexto deste Artigo, não sendo considerada para os fins de tal ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS as participações detidas pelo COTISTA que deseje alienar suas COTAS.

**Parágrafo Segundo** - O COTISTA que deseje alienar suas COTAS deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita para o ADMINISTRADOR, com cópia para o GESTOR, e o ADMINISTRADOR convocará ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, para que os COTISTAS, na própria ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS convocada para este fim, se manifestem sobre a autorização para a transferência das COTAS.

**Parágrafo Terceiro** – Na própria ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS que autorizar a transferência de COTAS, os COTISTAS deverão manifestar seu interesse em exercer o direito de preferência para adquirir as COTAS correspondentes, na proporção das COTAS respectivamente detidas.

**Parágrafo Quarto** – As COTAS do FUNDO poderão ser negociadas e transferidas privadamente, desde que admitido e observadas as condições descritas neste REGULAMENTO e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, com firma reconhecida, e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as COTAS do FUNDO somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações deste perante o FUNDO no tocante à sua integralização. O termo de cessão, devidamente registrado, deverá ser encaminhado pelo cessionário ao ADMINISTRADOR. O ADMINISTRADOR atestará o recebimento do contrato de cessão, e então será procedida a alteração da titularidade das COTAS nos respectivos registros do FUNDO, tendo a citada alteração, como data base a data de emissão do recibo do termo de cessão pelo ADMINISTRADOR.

**Parágrafo Quinto** – Os adquirentes das COTAS que ainda não estejam totalmente integralizadas deverão declarar formalmente ao ADMINISTRADOR que se comprometem, de maneira irrevogável e irretratável, a integralizar o saldo remanescente das COTAS subscritas e não integralizadas toda vez que demandado pelo ADMINISTRADOR.

**Parágrafo Sexto** - Em qualquer das hipóteses de negociação de COTAS, as COTAS somente poderão ser transferidas a COTISTAS ou a terceiros desde que a transferência seja previamente aprovada pelo ADMINISTRADOR, com base nas restrições legais e regulamentares, assim como em processo próprio de verificação da adequação de perfil de risco e investimento e de *know your client* (conheça seu cliente) dos potenciais novos COTISTAS.

**Parágrafo Sétimo** – Os adquirentes das COTAS que ainda não sejam COTISTAS deverão igualmente preencher o conceito de INVESTIDOR QUALIFICADO, bem como deverão aderir aos termos e condições do FUNDO por meio da assinatura e entrega ao ADMINISTRADOR dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos COTISTAS.

**Parágrafo Oitavo** – A distribuição de COTAS será realizada pelo ADMINISTRADOR, ou conforme o caso, por outras instituições intermediárias, devidamente contratadas pelo ADMINISTRADOR, em nome do FUNDO. As COTAS poderão ser objeto de distribuição pública primária e de negociação no mercado secundário, através dos módulos SDT - Módulo de Distribuição e SF – Módulo de Fundos respectivamente, em mercado de balcão organizado, operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ou, alternativamente, poderá ser realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED.

**Parágrafo Nono** – Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista neste REGULAMENTO que coincidam com dias não úteis até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, entendendo-se como dia útil, para fins deste REGULAMENTO, qualquer dia que não sábado, domingo ou feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, nacionalmente não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, inclusive nos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP.

**Parágrafo Décimo** – Para todos os fins de direito, a titularidade das COTAS será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador de COTAS, sem prejuízo da eventual emissão de "certificados representativos de COTAS". Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das COTAS, o extrato expedido pela CETIP em nome do COTISTA enquanto estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SF.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Mediante aprovação pela ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS poderá ocorrer a emissão e distribuição de novas COTAS do FUNDO, as quais deverão ser subscritas pelo PREÇO DE SUBSCRIÇÃO, observado o direito de preferência dos COTISTAS, conforme descrito neste REGULAMENTO.

**Parágrafo Décimo Segundo** - O COTISTA que desejar alienar suas cotas no todo ou em parte deverá respeitar os eventuais limites e condições legais e regulamentares, observado o direito de preferência em relação ao ingresso de novos COTISTAS, após a efetivação pelo FUNDO de seu primeiro investimento, não havendo impacto aos antigos COTISTAS.

**Parágrafo Décimo Segundo**- A emissão inicial, cujas COTAS serão distribuídas mediante oferta pública registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, e deliberada pelo ADMINISTRADOR no Instrumento de Constituição do FUNDO, se dá na data de registro do referido Instrumento de Constituição do FUNDO no cartório de títulos e documentos.

**Artigo 6º** – As COTAS serão mantidas em contas de depósito em nome dos COTISTAS.

#### EMIÇÃO, COLOCAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DE COTAS

**Artigo 7º** – O VALOR MÍNIMO DE EMISSÃO INICIAL DE COTAS do FUNDO é de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), representado por 1.000 (mil) COTAS ao PREÇO DE SUBSCRIÇÃO INICIAL e de integralização equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, e o VALOR MÁXIMO DE EMISSÃO INICIAL DE COTAS do FUNDO é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), representado por 4.000 (quatro mil) COTAS ao PREÇO DE SUBSCRIÇÃO INICIAL e de integralização equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma.

**Parágrafo Primeiro** - O prazo para subscrição das COTAS constitutivas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do FUNDO é de até 06 (seis) meses contados, da



publicação do Anúncio de Início de Distribuição, prorrogável por igual período, independentemente de autorização da CVM, pela ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, ou pelo próprio ADMINISTRADOR em caso de não haver ingresso de COTISTAS ainda, caso o volume máximo de COTAS emitidas não seja atingido após o prazo inicial da distribuição.

**Parágrafo Segundo** - A integralização de COTAS do FUNDO se dará, em moeda corrente nacional, por meio do SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ou, alternativamente, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED.

**Parágrafo Terceiro** - Uma vez atingido o VALOR MÍNIMO DE EMISSÃO INICIAL DE COTAS, o FUNDO poderá iniciar suas atividades e poderão ser canceladas as COTAS remanescentes não subscritas.

**Artigo 8º** – Até o 10º (décimo) dia útil após o FECHAMENTO, cada COTISTA do FUNDO deverá integralizar um aporte inicial em moeda corrente nacional de valor equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do CAPITAL COMPROMETIDO constante dos respectivos BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSO DE INVESTIMENTO

**Artigo 9º** – Durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO, o COTISTA será convocado a integralizar o montante remanescente do CAPITAL COMPROMETIDO, por meio das CHAMADAS DE CAPITAL, em tantas parcelas quanto o ADMINISTRADOR entenda necessário, mediante prévia e expressa recomendação do GESTOR, até o limite deste, cujas integralizações serão feitas pelo PREÇO DE SUBSCRIÇÃO INICIAL, para que tais recursos sejam dirigidos à aquisição de investimentos ou para atender às necessidades de caixa do FUNDO.

**Parágrafo Primeiro** – Caberá ao ADMINISTRADOR realizar as CHAMADAS DE CAPITAL, mediante prévia e expressa recomendação do GESTOR, durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO, através do envio aos COTISTAS, com até 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da integralização destas COTAS, de correspondência dirigida para os endereços constantes nos respectivos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO. Os recursos recebidos de acordo com as CHAMADAS DE CAPITAL realizadas deverão ser investidos até o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente, contados da data inicial para a respectiva integralização de COTAS, no que tange aos recursos aportados ao FUNDO em cada um dos

eventos de integralização previstos nos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO.

**Parágrafo Segundo** – Os COTISTAS do FUNDO estão isentos do pagamento de taxa de ingresso ou de saída do FUNDO.

**Parágrafo Terceiro** – Novas emissões de COTAS durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO serão subscritas pelo PREÇO DE SUBSCRIÇÃO, dependerão de prévia deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS e de prévio registro na CVM, conforme aplicável, bem como implicarão na formalização de novos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO e na observância do direito de preferência na subscrição dos COTISTAS.

**Parágrafo Quarto** – O COTISTA que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no FUNDO, estabelecida no respectivo BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO e no COMPROMISSO DE INVESTIMENTO será notificado pelo ADMINISTRADOR, conforme orientação do GESTOR, sobre tal descumprimento, devendo saná-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Quinto** – O COTISTA INADIMPLENTE que não fizer o pagamento nas condições previstas neste REGULAMENTO e nos respectivos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO e não atender à notificação conforme disposto no parágrafo quarto deste artigo ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo CDI (conforme abaixo definido), pro rata temporis e de uma multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO, cabendo ao ADMINISTRADOR junto com GESTOR o direito de cancelar as COTAS subscritas e não integralizadas pelo COTISTA INADIMPLENTE, ou de ofertá-las a terceiros, arcando, neste caso, o COTISTA INADIMPLENTE, com as perdas e danos decorrentes de sua inadimplência para com o FUNDO.

**Parágrafo Sexto** – Os recursos ingressados no FUNDO, nos termos deste artigo, deverão ser investidos na COMPANHIA INVESTIDA e/ou nos INVESTIMENTOS LÍQUIDOS, observado os limites de concentração do artigo 23, no prazo estipulado conforme o parágrafo primeiro deste artigo.



**Parágrafo Sétimo** – O valor das COTAS será calculado diariamente, com base nos preços de fechamento do dia útil anterior, de acordo com a metodologia de avaliação adotada pelo ADMINISTRADOR, nos termos do anexo I ao presente REGULAMENTO e da legislação em vigor.

**Artigo 10** - As COTAS do FUNDO não são resgatáveis antes do término do PRAZO DE DURAÇÃO do FUNDO, mas poderão ser amortizadas no todo ou em parte, mediante orientação do GESTOR, desde que respeitado o prazo de carência de 1 (um) ano contado da primeira integralização de COTAS do FUNDO. Tais amortizações se darão pelo rateio das DISPONIBILIDADES a serem distribuídas pelo número de COTAS integralizadas existentes, observando-se a participação percentual dos COTISTAS no FUNDO.

**Parágrafo Primeiro** – A realização de amortizações durante o PRAZO DE DURAÇÃO não desobrigará os COTISTAS da realização das integralizações posteriores até que seja totalmente integralizado o CAPITAL COMPROMETIDO.

**Parágrafo Segundo** - O ADMINISTRADOR procederá a amortização das COTAS do FUNDO, nos termos dos parágrafos acima deste artigo, em 5 (cinco) dias úteis contados da orientação do GESTOR.

**Artigo 11** – Quando da LIQUIDAÇÃO do FUNDO, o ADMINISTRADOR deverá promover a divisão do PATRIMÔNIO LÍQUIDO do FUNDO decorrente da alienação ou redução de capital da COMPANHIA INVESTIDA entre os COTISTAS, observadas as suas participações percentuais no FUNDO, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do término do PRAZO DE DURAÇÃO, observadas as disposições do Capítulo X.

### CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

#### ADMINISTRADOR, GESTOR E DIRETOR RESPONSÁVEL

**Artigo 12** - O FUNDO é administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, com sede na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários



pela CVM, conforme Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997 ("ADMINISTRADOR").

**Parágrafo Único** - Os serviços de controladoria de ativos (controle e processamento dos VALORES MOBILIÁRIOS), bem como os serviços de tesouraria, distribuição e escrituração do FUNDO serão prestados pelo próprio ADMINISTRADOR. A distribuição de cotas poderá ser realizada por outras entidades integrantes do sistema de distribuição, contratadas pelo ADMINISTRADOR, conforme recomendação do GESTOR, em nome do FUNDO.

**Artigo 13** - A carteira do FUNDO será gerida pelo GESTOR.

**Parágrafo Primeiro** - Sem prejuízo dos poderes de representação do FUNDO que cabem ao ADMINISTRADOR e das demais disposições deste Regulamento, a competência para gerir a carteira do FUNDO, que engloba as atribuições de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos e às modalidades operacionais que integrem a carteira do FUNDO, cabe com exclusividade ao GESTOR, sem prejuízo dos poderes de representação do FUNDO que cabem ao ADMINISTRADOR e das demais disposições do REGULAMENTO.

**Parágrafo Segundo** - O ADMINISTRADOR poderá delegar os poderes de representação ao GESTOR, sem prejuízo de informação ao ADMINISTRADOR, mediante instrumento próprio e caso a caso, de modo que o GESTOR possa, diretamente, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios da COMPANHIA INVESTIDA, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatuto social da COMPANHIA INVESTIDA, e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de VALORES MOBILIÁRIOS, acordos de acionistas da COMPANHIA INVESTIDA, acordos de investimento e outros instrumentos correlatos.

**Artigo 14** - O GESTOR deverá assegurar que o Sr. Álvaro Luiz Alves de Lima de Álvares Otero, brasileiro, casado economista, portador da Carteira de Identidade nº 2.783.205, inscrito no CPF sob o nº 402.663.467-15 e Sr. Marcello Romualdo da Silva Pereira, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 11262371-5, inscrita no CPF sob o nº 081.162.637-73, estejam envolvidos diretamente nas atividades de gestão do FUNDO, sendo esta a equipe chave de gestão do FUNDO.



**Parágrafo Único** – Na hipótese de desligamento do Sr. Álvaro Luiz Alves de Lima de Álvares Otero do GESTOR, deverá ser convocada ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS para deliberar sobre a continuidade do FUNDO.

**Artigo 15** - Os serviços de custódia de COTAS do FUNDO serão prestados pelo CUSTODIANTE.

**Artigo 16** - A auditoria independente do FUNDO será exercida pela EMPRESA DE AUDITORIA.

#### **RENÚNCIA E/OU DESCREDECENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR E/OU DO GESTOR**

**Artigo 17** - A perda da condição de ADMINISTRADOR ou de GESTOR do FUNDO se dará em qualquer das seguintes hipóteses:

- a. renúncia do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos COTISTAS e à CVM;
- b. destituição por deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS regularmente convocada e instalada nos termos deste REGULAMENTO, na qual deverá também ser eleito o substituto;
- c. descredenciamento do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, em conformidade com as normas que regulam o exercício das respectivas atividades.

**Parágrafo Primeiro** – No caso de renúncia do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, o renunciante deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador/gestor temporário até a eleição de um novo administrador/gestor.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese de renúncia ou descredenciamento do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, o ADMINISTRADOR ficará obrigado a convocar, imediatamente, a ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS para eleição do substituto respectivo, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos

COTISTAS que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das COTAS emitidas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

#### TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE

**Artigo 18** – O FUNDO cobrará remuneração da forma descrita nos parágrafos abaixo.

**Parágrafo Primeiro** – A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO destinada ao ADMINISTRADOR, ao GESTOR e aos demais prestadores de serviços de administração, na proporção pactuada entre eles e informada ao FUNDO, será equivalente à percentagem de 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) do CAPITAL COMPROMETIDO corrigido anualmente, no último dia de cada ano, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou o valor mínimo mensal de R\$6.000,00 (seis mil reais) mensais, o que for maior.

**Parágrafo Segundo** – A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços do CUSTODIANTE e da EMPRESA DE AUDITORIA do FUNDO, que poderão ser cobrados do FUNDO, a título de despesa, conforme disposto no Capítulo VIII deste REGULAMENTO.

**Parágrafo Terceiro** – A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como despesa do FUNDO e paga mensalmente, até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

**Artigo 19** – O GESTOR receberá, ainda, TAXA DE PERFORMANCE auferida em virtude do resultado do FUNDO, equivalente a (i) 20% (vinte por cento) da rentabilidade do capital integralizado já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo FUNDO, inclusive a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, que exceder a variação mensal obtida através da acumulação, na forma de capitalização composta, da TAXA DI ("Retorno Preferencial"), conforme definido abaixo:

(i) Até que os COTISTAS recebam, por meio do pagamento de distribuição de dividendos e/ou amortização e/ou resgate de suas COTAS, recursos e/ou VALORES MOBILIÁRIOS que



correspondam a 100% (cem por cento) do valor do CAPITAL INVESTIDO corrigido pelo Retorno Preferencial, não será devida TAXA DE PERFORMANCE;

(ii) Após o retorno integral do CAPITAL INVESTIDO corrigido pelo Retorno Preferencial aos COTISTAS, quaisquer outros pagamentos aos COTISTAS resultantes do retorno de seus investimentos deverão observar a seguinte proporção: (a) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos COTISTAS a título de distribuição de rendimentos e/ou pagamento de amortização e/ou resgate de COTAS do FUNDO; e (b) 20% (vinte por cento) serão pagos diretamente pelo FUNDO ao GESTOR a título de TAXA DE PERFORMANCE.

$P$  = total da TAXA DE PERFORMANCE

$P = 20\% [VD - (Cc - VD_a)]$ , onde  $P > 0$

VD = Valor a ser distribuído aos COTISTAS a título de dividendos ou amortização e/ou resgate de COTAS pelo FUNDO, bruto da TAXA DE PERFORMANCE,

Cc = Soma de todas as integralizações de COTAS feitas pelos COTISTAS corrigidas desde as respectivas datas de recebimento pelo FUNDO pelo Retorno Preferencial até o momento de cálculo da TAXA DE PERFORMANCE,

VD<sub>a</sub> = Soma de todos os valores já distribuídos aos COTISTAS a título de dividendos ou amortização de COTAS do FUNDO corrigidos desde as respectivas datas de pagamento pelo Retorno Preferencial até o momento de cálculo da TAXA DE PERFORMANCE, limitado ao valor de Cc.

**Parágrafo Primeiro** – A TAXA DE PERFORMANCE será distribuída ao GESTOR na data de cada distribuição de resultados aos COTISTAS do FUNDO, em decorrência de amortização ou resgate final de COTAS pelo FUNDO ou da distribuição de dividendos diretamente pela COMPANHIA INVESTIDA.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento da remuneração ao GESTOR será efetuado diretamente pelo FUNDO.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de extinção da TAXA DI ou suspensão de sua divulgação, será utilizada, a partir da data da efetiva extinção ou suspensão da TAXA DI, a taxa básica do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) conforme apurada e divulgada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

**Parágrafo Quarto** – Caso o GESTOR renuncie ou seja descredenciado pela CVM ou ainda tenha sido destituído com Justa Causa, conforme definida no artigo 33, parágrafo único deste REGULAMENTO, pela ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, este não fará jus ao recebimento de qualquer valor a título de TAXA DE PERFORMANCE, sem prejuízo de eventuais valores recebidos pelo GESTOR anteriormente à data da renúncia, descredenciamento ou destituição.

**Parágrafo Quinto** – Caso o GESTOR seja destituído sem Justa Causa, a apuração da remuneração devida a título de TAXA DE PERFORMANCE que deverá ser paga ao GESTOR, sem prejuízo de eventuais valores recebidos pelo GESTOR anteriormente à data da destituição, será calculada de acordo com a metodologia abaixo:

Será contratado pelo FUNDO, no momento da destituição, uma empresa especializada, escolhida pelos COTISTAS a partir de lista tríplice apresentada pelo GESTOR que relacione empresas renomadas e de reputação no mercado e que não possuam vínculo de qualquer espécie com o GESTOR. Esta empresa especializada determinará o "VD" que corresponde ao valor a que fazem jus os COTISTAS a título de amortização ou resgate de COTAS do FUNDO, conforme disposto no caput deste artigo. O valor correspondente ao valor de TAXA DE PERFORMANCE devida será apurado pela utilização da fórmula contida no caput deste artigo.

(a) Após a distribuição aos COTISTAS do CAPITAL INVESTIDO devidamente corrigido pela variação do Retorno Preferencial, conforme estabelecido no caput deste artigo, a Taxa de Performance Devida deverá ser paga ao GESTOR destituído, antes de quaisquer outros pagamentos de TAXA DE PERFORMANCE à nova gestora.

(b) A TAXA DE PERFORMANCE devida estará limitada ao valor total de TAXA DE PERFORMANCE devida pelo FUNDO, independente do valor provisionado. Ou seja, o FUNDO não pagará nenhuma remuneração ao GESTOR destituído se não tiver gerado retornos superiores ao Retorno Preferencial. Da mesma forma, a nova gestora não receberá qualquer quantia a título de TAXA DE PERFORMANCE até que a Taxa de Performance Devida seja integralmente paga ao GESTOR.

**Parágrafo Sexto** – O atual GESTOR do FUNDO (Alto Capital Gestora de Recursos Ltda.) não perceberá qualquer remuneração relacionada à TAXA DE PERFORMANCE caso venha a ser substituído pela GERIBA por meio da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

**Parágrafo Sétimo** – Serão aplicáveis ainda os procedimentos e condições constantes do parágrafo quinto deste artigo caso o GESTOR não concorde com quaisquer deliberações aprovadas em ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS do FUNDO, ocasião em que os valores relativos à sua parcela da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO e dos valores de TAXA DE PERFORMANCE deverão ser pagos ao GESTOR nos termos vigentes anteriormente às referidas deliberações, sem prejuízo da possibilidade do GESTOR permanecer no exercício de suas funções.

#### **CAPÍTULO IV INVESTIMENTOS DO FUNDO**

##### **POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

**Artigo 20** – O FUNDO investirá em VALORES MOBILIÁRIOS de emissão da COMPANHIA INVESTIDA, assegurando-se ao FUNDO a participação no processo decisório da COMPANHIA INVESTIDA, em consonância com o artigo 2º, parágrafo 2º da INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03.

**Parágrafo Primeiro** – Na realização dos investimentos do FUNDO o ADMINISTRADOR observará as determinações do GESTOR, salvo em caso de determinação contrária à legislação e à regulamentação aplicáveis, bem como a este REGULAMENTO.

**Parágrafo Segundo** – Os COTISTAS deverão atestar, por meio dos respectivos BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSO DE INVESTIMENTO, que, tendo em vista a natureza do investimento em participações, e a POLÍTICA DE INVESTIMENTO do FUNDO, estão cientes dos riscos inerentes às aplicações do FUNDO, bem como que: (i) os ativos componentes da carteira do FUNDO poderão ter liquidez significativamente baixa e (ii) a carteira do FUNDO estará concentrada em VALORES MOBILIÁRIOS de emissão de uma única COMPANHIA INVESTIDA, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tal COMPANHIA INVESTIDA.

**Artigo 21** – O FUNDO realizará seus investimentos predominantemente através da subscrição ou aquisição de VALORES MOBILIÁRIOS da COMPANHIA INVESTIDA, de cuja gestão o FUNDO possa participar ativamente, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica, de acordo com uma das formas previstas no artigo 2º, parágrafo 2º da INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03 ("INVESTIMENTOS").

#### PERÍODO DE INVESTIMENTO

**Artigo 22** – O FUNDO deverá realizar os investimentos na COMPANHIA INVESTIDA durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO.

**Parágrafo Primeiro** – O GESTOR poderá encerrar o PERÍODO DE INVESTIMENTO antecipadamente tendo em vista seu entendimento de que nenhum outro investimento na COMPANHIA INVESTIDA deverá ser realizado, desde que aprovado em ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

**Parágrafo Segundo** – Uma vez encerrado o PERÍODO DE INVESTIMENTO, (i) nenhum novo investimento será realizado pelo FUNDO, nem tampouco (ii) será exigida qualquer nova integralização (as "Integralizações Adicionais"), ressalvada a cobrança de eventuais débitos de COTISTAS INADIMPLENTES e nos casos previstos no parágrafo terceiro abaixo.

**Parágrafo Terceiro** – Excepcionalmente, o GESTOR poderá, após o término do PERÍODO DE INVESTIMENTO, solicitar a realização de Integralizações Adicionais, limitadas ao valor do CAPITAL COMPROMETIDO ainda não integralizado. As integralizações realizadas após o término do PERÍODO DE INVESTIMENTO serão destinadas para o pagamento, ou a constituição de reservas para pagamento:

- a. de despesas e responsabilidades do FUNDO, incluindo a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO devida pelo FUNDO, sendo certo que nenhum COTISTA responderá por tais valores, se excederem aos respectivos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO ou COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO; ou
- b. de investimentos específicos assumidos pelo FUNDO antes ou no momento do término do PERÍODO DE INVESTIMENTO.

**Parágrafo Quarto** – O PERÍODO DE INVESTIMENTO não poderá ser estendido, salvo por determinação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

#### COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, LIMITES E RESTRIÇÕES DE INVESTIMENTO

**Artigo 23** – A composição da carteira do FUNDO, durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO, deverá atender ao disposto a seguir:

- a. No mínimo 90% (noventa por cento) da carteira do FUNDO deverá estar representada por VALORES MOBILIÁRIOS de emissão da COMPANHIA INVESTIDA, observado o previsto no Artigo 20 deste REGULAMENTO; e
- b. Até 10% (dez por cento) do CAPITAL INVESTIDO poderá estar aplicado em INVESTIMENTOS LÍQUIDOS.

**Parágrafo Primeiro** - O FUNDO poderá investir até 100% (cem por cento) do seu PATRIMÔNIO LÍQUIDO na COMPANHIA INVESTIDA.

**Parágrafo Segundo** - Os limites estabelecidos no caput deste artigo não serão aplicáveis até o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente contado da data inicial ("Período de Investimento do Capital Integralizado") da respectiva integralização de COTAS, no que tange aos recursos aportados em cada um dos eventos de integralização previstos nos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO.

**Parágrafo Terceiro** – Para o fim de verificação de enquadramento previsto no caput deste artigo, deverão ser somados aos VALORES MOBILIÁRIOS de emissão da COMPANHIA INVESTIDA, os valores:

- (i) destinados ao pagamento de despesas do FUNDO, desde que limitado a 5% (cinco por cento) do CAPITAL COMPROMETIDO;
- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento do FUNDO:
  - (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento,



nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em VALORES MOBILIÁRIOS;

(b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em VALORES MOBILIÁRIOS; ou

(c) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador dos VALORES MOBILIÁRIOS desinvestidos.

**Parágrafo Quarto** – Caso de desenquadramento da carteira do FUNDO ao limite estabelecido no caput deste artigo, ultrapasse o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente contados da data da respectiva integralização de COTAS, no que tange aos recursos aportados ao FUNDO em cada um dos eventos de integralização previstos nos BOLETINS DE SUBSCRIÇÕES e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO, o ADMINISTRADOR deve, em até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo para aplicação de recursos, reenquadrar a carteira, ou devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos COTISTAS que tiverem integralizado a última CHAMADA DE CAPITAL, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada, sendo sempre permitido ao ADMINISTRADOR realizar amortizações, independentemente de aprovação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS do GESTOR, para fins de enquadramento da carteira, nos termos da INSTRUÇÃO CVM nº 391/03.

**Artigo 24** - É vedada ao FUNDO a realização de operações com derivativos.

**Artigo 25** – É vedada, salvo mediante aprovação pela ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS e nos casos já expressamente previstos neste REGULAMENTO, a aplicação de recursos do FUNDO em VALORES MOBILIÁRIOS de companhias nas quais participem, direta ou indiretamente:

I – o ADMINISTRADOR, o GESTOR e COTISTAS titulares de COTAS representativas de, ao menos, 5% (cinco por cento) do patrimônio do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; ou

II – quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

- a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de VALORES MOBILIÁRIOS a serem subscritos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos VALORES MOBILIÁRIOS a serem subscritos pelo FUNDO, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

## **CAPÍTULO V**

### **DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

**Artigo 26** – As quantias que forem atribuídas ao FUNDO resultantes da alienação dos VALORES MOBILIÁRIOS ou a título de redução de capital, juros ou outros rendimentos advindos dos VALORES MOBILIÁRIOS que integrem a carteira do FUNDO, bem como quaisquer outras DISPONIBILIDADES, serão incorporadas ao PATRIMÔNIO LÍQUIDO do FUNDO, inclusive para reinvestimento de tais quantias. As quantias atribuídas ao FUNDO pela COMPANHIA INVESTIDA a título exclusivo de dividendos serão sempre distribuídas aos COTISTAS diretamente, na proporção das COTAS por eles detidas;

**Artigo 27** – As disponibilidades financeiras do FUNDO ("DISPONIBILIDADES") resultantes da redução de capital ou alienação da COMPANHIA INVESTIDA, juros ou outros rendimentos oriundos dos investimentos do FUNDO devem ser distribuídas aos COTISTAS ("Distribuições"), mediante amortização de COTAS, na proporção de suas COTAS, a critério do GESTOR e realizada pelo ADMINISTRADOR, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da orientação formal do GESTOR.

## **CAPÍTULO VI**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS**

Página 24 de 51

Av. Presidente Wilson, 231/ 11º, 13º e 17º (parte) andares – Rio de Janeiro, RJ  
SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: www.bnymellon.com.br/sf ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 – Rio de Janeiro, RJ

**Artigo 28** – Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria, e de outras matérias previstas em outros artigos deste REGULAMENTO, compete privativamente à ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS o seguinte:

- a. tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- b. deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações por COTISTAS, observado o disposto no parágrafo único do artigo 34 deste REGULAMENTO;
- c. deliberar sobre eventual alteração do critério de cálculo da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ou da TAXA DE PERFORMANCE, conforme previsto nos artigos 18 e 19 deste REGULAMENTO, respectivamente;
- d. deliberar sobre a alteração do PRAZO DE DURAÇÃO e do PERÍODO DE INVESTIMENTO do FUNDO;
- e. deliberar sobre a alteração do REGULAMENTO do FUNDO;
- f. deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual LIQUIDAÇÃO do FUNDO;
- g. deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS;
- h. deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR e escolha de seu substituto;
- i. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas COTAS;
- j. deliberar sobre a modificação do Tipo ANBIMA;



- k. deliberar sobre a transferência de COTAS, com base, na hipótese de transferência para terceiros;
- l. deliberar sobre a destituição ou substituição do GESTOR e escolha de seu substituto; e
- m. deliberar sobre a continuidade do FUNDO, na hipótese de desligamento do Diretor Responsável do GESTOR designado neste REGULAMENTO.

**Parágrafo Primeiro** – As deliberações da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS poderão ser adotadas mediante processo de consulta formalizada por correio eletrônico, caso em que os COTISTAS terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da consulta para respondê-la pelos mesmos meios.

**Parágrafo Segundo** – Este REGULAMENTO poderá ser alterado pelo ADMINISTRADOR, independentemente da deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS ou de consulta aos COTISTAS, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de até 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos COTISTAS.

**Artigo 29** – A ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS pode ser convocada a qualquer tempo pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por COTISTAS representando no mínimo 5% (cinco por cento) do total das COTAS emitidas pelo FUNDO.

**Parágrafo Primeiro** – A ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS será instalada e realizada na sede do ADMINISTRADOR, salvo quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar a correspondência enviada aos COTISTAS indicará, com clareza o lugar da reunião, com a presença de COTISTAS que detenham, em conjunto, ao menos 50% (cinquenta por cento) das COTAS emitidas.

**Parágrafo Segundo** - A ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.

**Artigo 30** – A convocação para a ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS far-se-á mediante carta, encaminhada ao endereço cadastrado de cada COTISTA ou, alternativamente, para os e-mails cadastrados por ocasião do preenchimento da documentação cadastral ou posteriormente atualizado pelo COTISTA ou, ainda, por publicação no Jornal "Diário Mercantil", e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, bem como a respectiva ordem do dia.

**Parágrafo Primeiro** – As convocações da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS deverão ser feitas com 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para sua realização.

**Parágrafo Segundo** – Independentemente de convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os COTISTAS.

**Parágrafo Terceiro** – A ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS que deva deliberar anualmente sobre as demonstrações financeiras do FUNDO somente pode ser realizada após o envio aos COTISTAS das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo, observados os prazos estabelecidos na INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03.

**Parágrafo Quarto** – Para o bom desempenho da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, o ADMINISTRADOR elaborará e disponibilizará o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada assembleia a partir da data da convocação.

**Artigo 31** – Têm qualidade para comparecer à ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS os representantes legais dos COTISTAS ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

**Artigo 32** – Nas deliberações das ASSEMBLEIAS GERAIS DE COTISTAS, a cada COTA será atribuído o direito a um voto.

**Parágrafo Único** – Os COTISTAS também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que tal comunicação seja recebida com no mínimo 1 (um) dia de antecedência à realização da respectiva ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

**Artigo 33** – As deliberações relativas às matérias previstas nas letras (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j) e (k) do artigo 28 acima dependerão de aprovação por COTISTAS detentores de

COTAS que representem a maioria absoluta das COTAS em circulação. A deliberação relativa à matéria prevista na letra (I) do artigo 28 dependerá de aprovação por COTISTAS detentores de COTAS que representem 80% (oitenta por cento) das COTAS em circulação, sendo que as demais matérias poderão ser deliberadas pela maioria simples dos COTISTAS.

**Parágrafo Primeiro** – O quorum definido no *caput* deste artigo para aprovação da matéria prevista na letra (I) do artigo 28 será reduzido para maioria simples dos COTISTAS, exclusivamente para a aprovação da substituição do atual GESTOR pela GERIBÁ.

**Parágrafo Segundo** – O quorum definido no *caput* deste artigo para aprovação da matéria prevista na letra (I) do artigo 28 acima será reduzido para maioria absoluta das COTAS em circulação nas hipóteses de justa causa ("Justa Causa"), considerada como tal a comprovação de que o prestador de serviço ao FUNDO, indicado neste REGULAMENTO (i) atuou com culpa, negligência, imprudência ou de forma fraudulenta; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar no desempenho de suas funções, não tendo sanado-as no prazo de 10 (dez) dias quando notificado do descumprimento por qualquer dos interessados; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro nacional; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários; (v) faliu, ou teve recuperação judicial ou extrajudicial decretada. Caso o GESTOR não concorde com a posição dos COTISTAS, quanto à caracterização da Justa Causa, caberá, em última instância, à decisão quanto à efetiva ocorrência da Justa Causa por arbitragem, submetida ao Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("CCBC").

## CAPÍTULO VII

### OBRIGAÇÕES E PODERES DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR

**Artigo 34** – São obrigações do ADMINISTRADOR do FUNDO, dentre outras previstas neste REGULAMENTO e na legislação aplicável:

- I. manter por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:
  - a. o registro dos COTISTAS e de transferência de COTAS;

- b. o livro de atas das ASSEMBLEIAS GERAIS DE COTISTAS;
  - c. o livro de presença de COTISTAS;
  - d. o arquivo dos pareceres do auditor independente;
  - e. os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo FUNDO e seu patrimônio; e
  - f. a documentação relativa às operações do FUNDO.
- II. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I acima até o término de tal inquérito;
- III. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- IV. fornecer aos COTISTAS que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das COTAS emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo GESTOR, que fundamentem as decisões tomadas em ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- V. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR do FUNDO;
- VI. manter os títulos e VALORES MOBILIÁRIOS fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- VII. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;



- VIII. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03;
- IX. elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições regulamentares aplicáveis, assim como as constantes do presente REGULAMENTO;
- X. elaborar e divulgar as informações do FUNDO, conforme artigo 46 deste REGULAMENTO;
- XI. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste REGULAMENTO;
- XII. cumprir as deliberações da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS;
- XIII. se houver, fornecer aos COTISTAS que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das COTAS emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- XIV. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO.
- XV. firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das sociedades de que o FUNDO participe, podendo delegar esta atribuição ao GESTOR, caso a caso, mediante outorga por instrumento próprio.

**Parágrafo Único** – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos “IV” e “XIII” do artigo 34 deste REGULAMENTO, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais COTISTAS e eventuais conflitos de interesses em



relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os COTISTAS que requereram a informação.

**Artigo 35** – São atribuições do GESTOR do FUNDO, dentre outras previstas neste REGULAMENTO e na legislação aplicável:

- I. negociar em nome do FUNDO os acordos de acionistas, acordos de investimento e demais contratos necessários ao cumprimento dos objetivos do FUNDO, observado o disposto no Artigo 13 deste Regulamento;
- II. recomendar ao ADMINISTRADOR a realização de CHAMADAS DE CAPITAL e de amortizações de COTAS;
- III. indicar a contratação pelo FUNDO, após a aprovação pela ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, dos serviços especializados de consultoria para seus trabalhos, quando julgar necessário;
- IV. participar, desde que nos termos do artigo 13, parágrafo segundo acima, das assembleias gerais e especiais de acionistas da COMPANHIA INVESTIDA, tanto das ordinárias quanto das extraordinárias, sempre visando ao cumprimento dos objetivos do FUNDO, e atuar junto aos demais acionistas, de forma a que apoiem o FUNDO na votação das matérias que serão deliberadas, e disponibilizando cópia da respectiva ata por meio digitalizado ao ADMINISTRADOR em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a sua assinatura;
- IV. fornecer orientação estratégica à COMPANHIA INVESTIDA, incluindo estratégias alternativas de distribuição, identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como de reestruturação financeira;
- V. proteger e promover os interesses do FUNDO junto à COMPANHIA INVESTIDA; e
- VI. fornecer ao ADMINISTRADOR, em tempo hábil para atendimento das disposições constantes do artigo 44 abaixo, as informações e documentos

BNY MELLON  
ASSET SERVICING

BNY Mellon Serviços Financeiros

necessários para a elaboração do parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO mencionado no inciso IX do artigo 34 deste REGULAMENTO.

**Artigo 36** – É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR praticar os seguintes atos em nome do FUNDO:

- a. receber depósito em conta corrente;
- b. contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades estabelecidas pela CVM;
- c. prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;
- d. prometer rendimento predeterminado aos COTISTAS;
- e. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM n.º 134/90, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- f. aplicar recursos no exterior;
- g. aplicar recursos na aquisição de bens imóveis; e
- h. aplicar recursos na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

**Artigo 37** – O ADMINISTRADOR, observadas as limitações legais, tem poderes para praticar, em nome do FUNDO, todos os atos necessários à administração do FUNDO, a fim de fazer cumprir os objetivos deste FUNDO, inclusive com poderes para abrir e movimentar contas bancárias, transigir, dar e receber quitação, outorgar mandatos, enfim, praticar todos os atos necessários para a administração do FUNDO, observadas (i) as limitações deste REGULAMENTO, (ii) o que for decidido nas ASSEMBLEIAS GERAIS DE COTISTAS, e (iii) a legislação em vigor.

Página 32 de 51

Av. Presidente Wilson, 231/ 11º, 13º e 17º andares – Rio de Janeiro, RJ  
SAC: [sac@bnymellon.com.br](mailto:sac@bnymellon.com.br) ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: [www.bnymellon.com.br/sf](http://www.bnymellon.com.br/sf) ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 – Rio de Janeiro, RJ

**Parágrafo Primeiro** – O GESTOR, observadas as limitações legais, tem poderes para praticar, em nome do FUNDO, todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, a fim de fazer cumprir os objetivos deste FUNDO, inclusive com poderes para adquirir e alienar VALORES MOBILIÁRIOS, em conformidade com a política de investimentos do FUNDO estabelecida neste REGULAMENTO, enfim, praticar todos os atos necessários para a gestão da carteira do FUNDO, observadas (i) as limitações deste REGULAMENTO, (ii) do contrato de gestão e (iii) a legislação em vigor.

**Parágrafo Segundo** – Sem prejuízo do disposto neste artigo e do disposto no parágrafo primeiro do artigo 35, o GESTOR acompanhará todas as pautas das assembleias gerais da COMPANHIA INVESTIDA, podendo, comparecer às assembleias gerais e exercer seu direito de voto, nos termos do artigo 13, parágrafo segundo deste REGULAMENTO.

**Artigo 38** – O ADMINISTRADOR obriga-se a tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular BACEN n.º 2.852, de 03.12.1998, na Instrução CVM n.º 301, de 16.04.1999, e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98.

**Parágrafo Único** – Quaisquer penalidades decorrentes do não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo serão suportadas pelo ADMINISTRADOR e/ou GESTOR.

## CAPÍTULO VIII DOS ENCARGOS DO FUNDO

**Artigo 39** – Constituem encargos do FUNDO além da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE previstas neste REGULAMENTO, as seguintes despesas que poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- a. emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e VALORES MOBILIÁRIOS integrantes da carteira do FUNDO;
- b. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

- c. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste REGULAMENTO ou na regulamentação pertinente;
- d. despesas com correspondências do interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos COTISTAS;
- e. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- f. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao FUNDO se for o caso;
- g. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- h. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- i. quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou LIQUIDAÇÃO do FUNDO e à realização de ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS até o limite anual correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual poderá ser alterado por deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS;
- j. taxas de custódia de VALORES MOBILIÁRIOS integrantes da carteira do FUNDO;
- k. despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite anual correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual poderá ser alterado por deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS; e

- I. despesas com escrituração de COTAS, sendo que os COTISTAS ao aderirem ao presente REGULAMENTO ficam cientes e aprovam, expressamente, que tais despesas sejam consideradas como encargo do FUNDO, podendo ser debitadas da carteira independentemente da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

**Parágrafo Primeiro** – Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

**Parágrafo Segundo** – O ADMINISTRADOR, na qualidade de representante do FUNDO, poderá estabelecer que parcelas da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos seus prestadores de serviços.

**Parágrafo Terceiro** – Sem prejuízo do limite estabelecido no item (i) do caput deste artigo, somente poderão ser atribuídas ao FUNDO despesas relacionadas à respectiva constituição (taxas regulatórias e de estruturação, custos cartorários e honorários do assessor legal) incorridas nos 12 (doze) meses anteriores ao início de funcionamento do FUNDO, tais despesas devem ser ratificadas em ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS. Os comprovantes das despesas mencionadas neste parágrafo deverão ser passíveis de nota explicativa e de auditoria no momento em que forem elaboradas as demonstrações financeiras do primeiro exercício fiscal do FUNDO.

## CAPÍTULO IX DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES

**Artigo 40** – O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO serem segregadas das do ADMINISTRADOR e do GESTOR, bem como do custodiante e do depositário.

**Parágrafo Único** – Os ativos e passivos do FUNDO, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados com base nos princípios gerais de contabilidade brasileiros, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos.



**Artigo 41** – As demonstrações financeiras do FUNDO relativas ao exercício, que se findará no último dia de fevereiro de cada ano, deverão ser emitidas em até 90 (noventa) dias após o término do exercício e estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**Artigo 42** – No ato da subscrição de COTAS, o COTISTA receberá do ADMINISTRADOR, obrigatória e gratuitamente, contra recibo: (a) exemplar deste REGULAMENTO; (b) breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do ADMINISTRADOR e do GESTOR, nas funções de administração e gestão; e (c) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o COTISTA tenha de arcar.

**Artigo 43** – A avaliação do valor da carteira do FUNDO será feita utilizando-se para cada VALOR MOBILIÁRIO integrante da carteira, os critérios estabelecidos no anexo I ao presente REGULAMENTO.

**Parágrafo Único** - O GESTOR poderá contratar empresas especializadas na confecção de laudos para determinação do valor líquido provável de realização, devendo o laudo ser aprovado pelo ADMINISTRADOR.

**Artigo 44** – O ADMINISTRADOR deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, e também aos COTISTAS, as seguintes informações:

I – trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do FUNDO; e
- (b) número de COTAS emitidas.

II – semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas de parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo declaração do ADMINISTRADOR e do GESTOR de que foram obedecidas as disposições da INSTRUÇÃO CVM n.º 391/03 e deste REGULAMENTO;
- (c) os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto neste REGULAMENTO e na Legislação aplicável, devendo ser especificado o seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

III – anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer da EMPRESA DE AUDITORIA;
- (b) o valor patrimonial da COTA na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto neste REGULAMENTO e na legislação pertinente, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao PATRIMÔNIO LÍQUIDO médio anual do FUNDO.

**Parágrafo Primeiro** – As informações prestadas ou divulgadas pelo FUNDO deverão estar em conformidade com o relatório anual enviado à CVM.

**Parágrafo Segundo** – O ADMINISTRADOR deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao FUNDO divulgadas para COTISTAS ou terceiros.

**Parágrafo Terceiro**– O ADMINISTRADOR se compromete, ainda, a disponibilizar aos COTISTAS todas as demais informações sobre o FUNDO e/ou sua administração e a facilitar aos COTISTAS, ou terceiros em seu nome, devidamente constituídos por instrumento próprio, o exame de quaisquer documentos relativos ao FUNDO e à sua administração, mediante solicitação prévia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Parágrafo Quarto** - Caso alguma informação do FUNDO seja divulgada com incorreções ou informações não verdadeiras que possam induzir o investidor a erros da avaliação, o ADMINISTRADOR, por iniciativa própria ou por determinação da CVM, deverá utilizar-se do mesmo veículo de divulgação da informação errônea, constando de modo expresso que a informação está sendo republicada por determinação da CVM, se for o caso.

## CAPÍTULO X PERÍODO DE DESINVESTIMENTO E DA LIQUIDAÇÃO

**Artigo 45** – Durante o PERÍODO DE DESINVESTIMENTO, o GESTOR envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento do FUNDO, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do FUNDO, propiciem aos COTISTAS o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de LIQUIDAÇÃO do FUNDO.

**Artigo 46** – O FUNDO entrará em LIQUIDAÇÃO ao final do PRAZO DE DURAÇÃO ou de suas eventuais prorrogações.

**Parágrafo Primeiro** – Na hipótese de LIQUIDAÇÃO ao final do PRAZO DE DURAÇÃO, esta será realizada por meio da redução de capital da COMPANHIA INVESTIDA e/ou venda imediata dos VALORES MOBILIÁRIOS ainda existentes na carteira do FUNDO ou da entrega destes VALORES MOBILIÁRIOS aos COTISTAS, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar maior resultado para os COTISTAS.

**Parágrafo Segundo** – Caso a LIQUIDAÇÃO do FUNDO seja realizada por meio da entrega aos COTISTAS de VALORES MOBILIÁRIOS sem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, será contratado pelo FUNDO, no momento da LIQUIDAÇÃO, um avaliador, de acordo com as empresas aprovadas pelo ADMINISTRADOR e a ser escolhida pelos COTISTAS a partir de lista tríplice apresentada pelo GESTOR.

**Parágrafo Terceiro** – A LIQUIDAÇÃO será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao FUNDO.

**Artigo 47** - Após a divisão do patrimônio do FUNDO entre os COTISTAS, o ADMINISTRADOR deverá promover o encerramento do FUNDO, encaminhando à CVM, no



prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da LIQUIDAÇÃO foram disponibilizados aos COTISTAS, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao seu encerramento perante quaisquer autoridades.

**Artigo 48** – O ADMINISTRADOR deverá iniciar a divisão do PATRIMÔNIO LÍQUIDO do FUNDO entre os COTISTAS, observadas a suas participações percentuais no FUNDO, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do término do PRAZO DE DURAÇÃO ou de sua prorrogação, observado o disposto neste Capítulo.

## CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

### CONFLITO DE INTERESSES

**Artigo 49** – O ADMINISTRADOR e o GESTOR deverão sempre agir de boa-fé, e na hipótese de potencial conflito de interesses, submeter sua resolução à avaliação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

**Parágrafo Primeiro** – Salvo nos casos já previstos neste REGULAMENTO, qualquer transação e/ou contratação entre (i) o FUNDO e o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR, salvo os contratos necessários para estruturação do FUNDO, ou (ii) o FUNDO e qualquer entidade administrada ou gerida pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR, ou (iii) o GESTOR e a COMPANHIA INVESTIDA será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada à avaliação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

**Parágrafo Segundo** – Também serão consideradas hipóteses de potencial conflito de interesses quaisquer transações e/ou contratações entre a COMPANHIA INVESTIDA e as entidades administradas e/ou geridas pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR, ou ainda, quaisquer transações e/ou contratações entre a COMPANHIA INVESTIDA e as entidades das quais os COTISTAS ou seus parentes até 2º grau participem direta ou indiretamente.

**Parágrafo Terceiro** – Os COTISTAS deverão informar ao GESTOR, o qual informará ao ADMINISTRADOR, que informará aos demais COTISTAS, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesse com o FUNDO e/ou com os

demais COTISTAS e abster-se-ão de votar nas ASSEMBLEIAS GERAIS do FUNDO, conforme o caso, realizadas para resolução de tal conflito de interesse.

**Parágrafo Quarto** – Não se configura como conflito de interesses a realização de investimentos pelo FUNDO, pela COMPANHIA INVESTIDA, pelos COTISTAS ou por quaisquer pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, com o FUNDO em fundos de investimentos administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por empresas pertencentes ao grupo econômico de ambos.

**Parágrafo Quinto** – O exercício das funções de ADMINISTRADOR e de GESTOR não impedirá que estes continuem a exercer todas as atividades que lhes sejam permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras e/ou às instituições autorizadas pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, conforme o caso. No exercício dessas atividades, o ADMINISTRADOR e o GESTOR poderão tomar posições de investimento ou recomendar aplicações que sejam diferentes daquelas recomendadas ao FUNDO, diferentes dos investimentos feitos pelo FUNDO ou que envolvam empresas concorrentes daquelas em que o FUNDO tiver seus recursos investidos, sem que tais recomendações sejam consideradas como atos de conflito de interesse ou de quebra da relação fiduciária existente com o FUNDO.

## INVESTIMENTO CONJUNTO

**Artigo 50** – Caso o GESTOR entenda ser apropriado e desde que não viole nenhuma lei ou REGULAMENTO, este poderá oferecer aos COTISTAS do FUNDO, oportunidades de participar dos investimentos do FUNDO na COMPANHIA INVESTIDA, na qualidade de co-investidores e na proporção do investimento a ser estabelecida pelo próprio GESTOR.

**Parágrafo Primeiro** - Nesse caso, cada COTISTA terá o direito de preferência para participar de tais investimentos como co-investidor, na forma rateada entre os demais COTISTAS, de acordo com a proporção dos valores com que tiverem concorrido para o CAPITAL INVESTIDO.

**Parágrafo Segundo** – Os COTISTAS terão o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da data do recebimento da comunicação para se manifestar quanto à sua intenção de

exercer seu direito de preferência e participar como co-investidores nas oportunidades oferecidas pelo FUNDO.

**Parágrafo Terceiro** - O não envio da notificação de intenção de participação como co-investidor por qualquer COTISTA dentro do prazo acima estabelecido será considerado como renúncia ao seu direito de preferência.

**Parágrafo Quarto** – Na hipótese de um ou mais COTISTAS não exercerem o direito de preferência descrito neste artigo, os demais deverão ser notificados pelo ADMINISTRADOR e pelo GESTOR para que manifestem eventual interesse em participar como co-investidores em proporção superior àquela com que tenham concorrido para o CAPITAL INVESTIDO.

**Parágrafo Quinto** – Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores sem que tenha havido, por parte dos demais COTISTAS, exercício de direito de preferência em relação à totalidade do co-investimento oferecido pelo FUNDO, o FUNDO poderá ofertar a terceiros participação como co-investidores, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos COTISTAS.

**Parágrafo Sexto** – Será permitido ao ADMINISTRADOR e/ou ao GESTOR o coinvestimento na COMPANHIA INVESTIDA, desde que observados os princípios de boa-fé e, ainda, desde que previamente aprovado pela ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.

## CAPÍTULO XII FATORES DE RISCO

**Artigo 51** - Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo FUNDO, os COTISTAS devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do FUNDO, conforme descritos, de forma não exaustiva, abaixo, não havendo, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no FUNDO serão remunerados conforme esperado pelos COTISTAS:

**I - Riscos de Não Realização do Investimento:** Não há garantias de que haverá oportunidades de investimento suficientes para possibilitar ao FUNDO investir todo seu CAPITAL COMPROMETIDO em VALORES MOBILIÁRIOS, nem de que tais oportunidades de investimento levarão à realização dos investimentos pelo FUNDO. O FUNDO competirá



pela aquisição de investimentos com muitos outros investidores, alguns dos quais dispendo de mais recursos do que o FUNDO. Tais concorrentes podem incluir outros fundos de investimento, bem como pessoas físicas, instituições financeiras e outros investidores institucionais. Além disso, a disponibilidade de oportunidades de investimento normalmente estará sujeita a condições e variáveis de mercado, bem como, em alguns casos, ao clima político e regulatório então vigente. O CAPITAL COMPROMETIDO será integralizado a prazo, na medida em que ocorrerem chamadas para integralização de COTAS, nos termos deste REGULAMENTO e de cada BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSO DE INVESTIMENTO. Não há garantias, todavia, de que (i) todos os COTISTAS adimplirão com suas obrigações de subscrever e integralizar COTAS nos termos de seus respectivos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO, (ii) eventuais inadimplementos dos COTISTAS serão compensados por meio da aplicação das penalidades contratuais ou legais disponíveis, e consequentemente (iii) os investimentos propostos pelo FUNDO serão efetivamente realizados, seja em função de inadimplementos de um ou mais COTISTAS, seja por outras dificuldades ou empecilhos na realização dos investimentos propriamente ditos. A não realização de investimentos na COMPANHIA INVESTIDA ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo FUNDO, considerando os custos do FUNDO, dentre os quais a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, poderá afetar negativamente os resultados da carteira do FUNDO.

**II - Riscos de Liquidez:** Os investimentos do FUNDO poderão ser feitos em ativos não negociados publicamente no mercado. Caso (a) o FUNDO precise vender tais ativos, ou (b) o COTISTA receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas COTAS (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do FUNDO), (i) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, (ii) a definição do preço de tais ativos poderá não se realizar em prazo compatível com a expectativa do COTISTA ou (iii) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o FUNDO ou, conforme o caso, o COTISTA. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao FUNDO e/ou ao COTISTA, conforme o caso, liquidar posições ou realizar quaisquer desses ativos. O FUNDO é um condomínio fechado e, por conseguinte, não há garantia de que o COTISTA consiga alienar suas COTAS pelo preço e no momento desejados, inclusive em razão dos requisitos para transferências das COTAS descritos no artigo 5º deste REGULAMENTO. Além disso, os COTISTAS não poderão resgatar suas COTAS, salvo no caso de liquidação do FUNDO. Assim sendo, as COTAS constituem investimentos sem liquidez e somente devem ser adquiridas por pessoas que tenham capacidade de suportar o risco de tal investimento por

Página 42 de 51

Av. Presidente Wilson, 231/ 11º, 13º e 17º (parte) andares – Rio de Janeiro, RJ  
SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: www.bnymellon.com.br/sf ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 – Rio de Janeiro, RJ

prazo indeterminado.

**III - Riscos relacionados à COMPANHIA INVESTIDA:** Uma parcela significativa dos investimentos do FUNDO será feita em VALORES MOBILIÁRIOS de emissão da COMPANHIA INVESTIDA, o que, por sua natureza, envolve riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais, inclusive em montantes superiores à totalidade do capital investido na COMPANHIA INVESTIDA. Embora o FUNDO tenha sempre participação no processo decisório da respectiva COMPANHIA INVESTIDA, não há garantias de (i) bom desempenho da COMPANHIA INVESTIDA, (ii) solvência da COMPANHIA INVESTIDA e (iii) continuidade das atividades da COMPANHIA INVESTIDA. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do FUNDO e o valor das COTAS. O FUNDO pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas da COMPANHIA INVESTIDA. Embora tal participação em algumas circunstâncias possa ser importante para a estratégia de investimento do FUNDO e possa aumentar a capacidade do FUNDO de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o FUNDO a reivindicações a que ele não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso a COMPANHIA INVESTIDA tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da COMPANHIA INVESTIDA, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da COMPANHIA INVESTIDA poderá ser atribuída ao FUNDO, impactando o valor das COTAS, podendo, inclusive, gerar PATRIMÔNIO LÍQUIDO negativo e sujeitar os COTISTAS a realizarem aportes adicionais de recursos no FUNDO. Investimentos na COMPANHIA INVESTIDA envolvem riscos relacionados aos setores em que a COMPANHIA INVESTIDA atua. Não há garantia quanto ao desempenho desse setor e nem tampouco certeza de que o desempenho da COMPANHIA INVESTIDA acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho da COMPANHIA INVESTIDA acompanhe o desempenho das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o FUNDO e os seus COTISTAS não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. As operações da COMPANHIA INVESTIDA estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais da COMPANHIA INVESTIDA. Em função de

diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos dos quais o FUNDO pode vir a depender no desempenho de suas operações, não há garantias de que o FUNDO conseguirá exercer todos os seus direitos como acionista da COMPANHIA INVESTIDA, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão da COMPANHIA INVESTIDA, nem de que, caso o FUNDO consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da carteira do FUNDO. Os investimentos do FUNDO serão feitos em companhia fechada, a qual, embora tenha de adotar as práticas de governança indicadas neste REGULAMENTO, não está obrigada a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o FUNDO quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da COMPANHIA INVESTIDA e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do FUNDO e das COTAS. O FUNDO pode ter participações minoritárias na COMPANHIA INVESTIDA, o que poderá limitar sua capacidade de proteger seus interesses em tal COMPANHIA INVESTIDA. Ainda que, quando da realização de aporte de capital em uma determinada COMPANHIA INVESTIDA, o FUNDO tente negociar condições que lhe assegurem direitos para proteger seus interesses em face da COMPANHIA INVESTIDA e dos demais acionistas, não há garantia que todos os direitos pleiteados serão concedidos ao FUNDO, o que pode afetar o valor da carteira do FUNDO. Não obstante a diligência e o cuidado do ADMINISTRADOR e do GESTOR, os pagamentos relativos aos VALORES MOBILIÁRIOS de emissão da COMPANHIA INVESTIDA, como dividendos, juros sobre o capital próprio e outras formas de remuneração e bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva COMPANHIA INVESTIDA, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o FUNDO e os seus COTISTAS poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. No processo de desinvestimento de uma COMPANHIA INVESTIDA, o FUNDO pode ser solicitado a oferecer informações sobre o negócio e situação financeira de uma COMPANHIA INVESTIDA típicas em situações de venda de participação societária. O FUNDO pode desconhecer ativos insubsistentes e passivos supervenientes que poderão gerar obrigação de indenização pelo FUNDO aos adquirentes da COMPANHIA INVESTIDA, o que pode afetar o valor das COTAS. Ademais, o processo de desinvestimento poderá ocorrer em etapas, sendo possível que o FUNDO, com a diminuição de sua participação na COMPANHIA INVESTIDA, perca gradualmente o poder de participar no processo decisório

da COMPANHIA INVESTIDA, o que pode afetar sua capacidade de agregar valor ao respectivo investimento.

**IV - Riscos de Mercado:** As condições econômicas em geral, as taxas de juros e a disponibilidade de fontes alternativas de financiamento podem afetar os resultados do FUNDO, inclusive o valor dos VALORES MOBILIÁRIOS que o FUNDO detém e sua capacidade de vendê-los com lucro. O desempenho da COMPANHIA INVESTIDA pode ser afetado por mudanças nas políticas do governo, tributação, início de construção de moradias populares, preços do petróleo, leis sobre o salário mínimo, ou outras leis e regulamentos sobre as flutuações da moeda, tanto no Brasil quanto no exterior. A precificação dos VALORES MOBILIÁRIOS e demais ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, VALORES MOBILIÁRIOS e demais operações estabelecidos neste REGULAMENTO e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do FUNDO, resultando em aumento ou redução no valor de suas COTAS.

**V - Riscos de Crédito:** Os ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do FUNDO, o FUNDO poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

**VI - Risco de Distribuição:** Não se pode garantir que as operações do FUNDO serão rentáveis, que o FUNDO conseguirá evitar perdas, nem que os rendimentos de seus investimentos estarão disponíveis para distribuição aos COTISTAS. O FUNDO não terá outra fonte de recursos com a qual possa realizar distribuições aos COTISTAS além dos rendimentos e dos ganhos auferidos com os seus investimentos e o retorno do capital investido.

**VII - Risco de Descontinuidade:** Em situações em que os COTISTAS deliberem pela liquidação antecipada do FUNDO, os COTISTAS terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração perseguida pelo FUNDO, não sendo devida pelo FUNDO, pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR nenhuma multa ou penalidade, a qualquer COTISTA, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**VIII - Risco relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios:** O FUNDO está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do FUNDO. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação do setor de atuação da COMPANHIA INVESTIDA ou nos títulos e VALORES MOBILIÁRIOS integrantes da carteira do FUNDO ou, ainda, outros relacionados ao próprio FUNDO, o que poderá afetar a rentabilidade do FUNDO.

**IX - Risco de Concentração:** O FUNDO irá adquirir VALORES MOBILIÁRIOS de uma única COMPANHIA INVESTIDA, o que implicará em riscos de concentração de investimentos do FUNDO em VALORES MOBILIÁRIOS de um único emissor e de pouca liquidez. Desta forma, os resultados do FUNDO poderão depender dos resultados atingidos por uma única COMPANHIA INVESTIDA.

**X - Risco de Patrimônio Líquido Negativo:** As eventuais perdas patrimoniais do FUNDO não estão limitadas nem ao valor do CAPITAL INVESTIDO nem ao valor do CAPITAL COMPROMETIDO, de forma que os COTISTAS podem ser chamados a aportar recursos adicionais no FUNDO.



**XI - Riscos Relacionados ao Setor Imobiliário:** O objetivo do FUNDO é realizar investimentos, direta ou indiretamente, na COMPANHIA INVESTIDA, que atua no setor imobiliário. Este setor está sujeito a diversos riscos, incluindo riscos oriundos da legislação ambiental, riscos de preços de mercado, da alteração das leis de zoneamento, da alteração das regras ou práticas do setor financeiro no que se aplica ao financiamento imobiliário, entre outros. O FUNDO investirá seus recursos na COMPANHIA INVESTIDA que pode estar sujeita aos impactos em seus ativos decorrentes dos seguintes riscos específicos do mercado imobiliário:

- a) Risco de Desapropriação: Há possibilidade de que ocorra a desapropriação, parcial ou total, de Imóvel de propriedade da COMPANHIA INVESTIDA por decisão unilateral do Poder Público, a fim de atender finalidades de utilidade e interesse público;
- b) Risco de Sinistro: No caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis de propriedade da COMPANHIA INVESTIDA, os recursos obtidos pela cobertura de eventual seguro dependerão da capacidade de pagamento da companhia seguradora contratada, nos termos da apólice exigida, bem como as indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, observadas as condições gerais das apólices;
- c) Risco de Engenharia e Construção: No desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários detidos pela COMPANHIA INVESTIDA questões técnicas e ligadas à construção dos imóveis não previstas inicialmente podem acarretar em custos adicionais e/ou atraso no prazo de conclusão, reduzindo os retornos inicialmente previstos para os investimentos;
- d) Risco de Deterioração: O investidor deve ainda observar o potencial econômico dinâmico do imóvel. O imóvel está sujeito à desvalorização tendo em vista fatores como a deteriorização do bem decorrente do tempo, do mau uso pelo locatário ou arrendatário ou outras situações não cobertas pelo seguro contratado;
- e) Risco de Alterações nas Leis de Zoneamento: As leis de zoneamento, que regulam a forma da ocupação do território urbano, estão sujeitas a alterações promovidas pelo Poder Legislativo municipal. Caso sejam alteradas as normas de zoneamento em que um empreendimento da COMPANHIA INVESTIDA esteja em desenvolvimento ou possa vir a ser

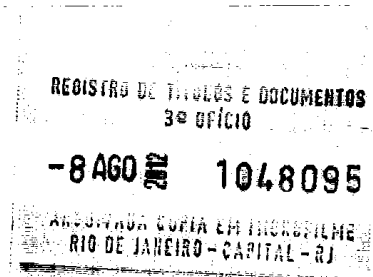
desenvolvido, o FUNDO poderá ser obrigado a adequar o desenvolvimento de tal projeto às novas regras. Com isso, os rendimentos estimados poderão não ser obtidos;

f) Riscos Ambientais: Ainda que os projetos imobiliários que irão compor a COMPANHIA INVESTIDA venham a situar-se em regiões urbanas dotadas de completa infra-estrutura, problemas ambientais podem ocorrer, como exemplo vendavais, inundações ou os decorrentes de vazamento de esgoto sanitário provocado pelo excesso de uso da rede pública, acarretando assim na perda de substância econômica de imóveis situados nas proximidades das áreas atingidas por estes. Questões ambientais podem ainda atrasar o cronograma esperado para o desenvolvimento de determinados empreendimentos imobiliários detidos pela COMPANHIA INVESTIDA.

g) Riscos Relativos às Operações de Aquisição de Imóveis: Os imóveis que irão compor o patrimônio da COMPANHIA INVESTIDA, após a aquisição e enquanto os instrumentos de compra e venda não tiverem sido registrados em nome da COMPANHIA INVESTIDA, podem ser onerados para satisfação de dívidas contraladas pelos antigos proprietários em eventual execução proposta por seus eventuais credores, caso os mesmos não possuam outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, prejudicando a transmissão da propriedade dos imóveis para a COMPANHIA INVESTIDA.

h) Risco de Desligamento da Carteira: O término do empreendimento imobiliário com a obtenção do habite-se e transferência do imóvel para os promitentes compradores dos imóveis se dá após a quitação do saldo final do comprador ou obtenção de financiamento imobiliário ou ainda assinatura de contrato de alienação fiduciária com o desenvolvedor para futura securitização. Existe o risco do comprador não obter acesso ao financiamento imobiliário ou não haver condições propícias para se executar operações de securitizações da carteira de clientes. Neste caso o fundo poderá sofrer atraso no recebimento do fluxo financeiro conforme projetado, reduzindo os retornos inicialmente previstos para os investimentos;


i) Risco na gestão financeira, contábil e/ou imobiliária da COMPANHIA INVESTIDA. A gestão financeira, contábil e imobiliária da COMPANHIA INVESTIDA poderá ficar a cargo do incorporador escolhido para o projeto. Este incorporador poderá não fazer a gestão destes processos de forma efetiva e transparente como exigido para o bom andamento do empreendimento objeto da COMPANHIA INVESTIDA. Da mesma forma, o GESTOR poderá

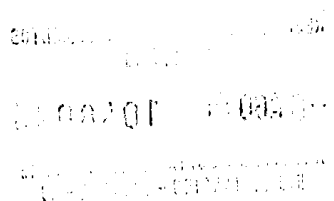


ser parcialmente ou o único responsável pela gestão da COMPANHIA INVESTIDA, o que não representa a mitigação deste fator de risco.

### CAPÍTULO XIII RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

**Artigo 52** – Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente REGULAMENTO e que envolvam o FUNDO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ - AVA  
DA QUITANDA Nº. 1.º AND. - CENTRO/RJ  
  
MIRIAM SANTA ANA CASTILHO POGGI  
1.ª OFICIAL SUBSTITUTA



**ANEXO I AO REGULAMENTO DO  
GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES  
METODOLOGIA MARCAÇÃO A MERCADO**

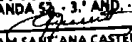
Ativo	Fontes
<b>Títulos Públicos</b>	Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pela ANDIMA.
<b>Títulos Privados</b>	<p>A metodologia de precificação de ativos privados seguirá os seguintes procedimentos:</p> <p>a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado;</p> <p>b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</p> <p>c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição.</p>
<b>Ações</b>	<p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BM&amp;FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>As ações e os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição. Caso aprovado em Assembleia Geral de Cotistas, serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à</p>

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

-8 AGO 2012 1048095

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	participação indireta nessa companhia; ou (b) a contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.
--	--

1.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. - CENTRO/RJ  
  
MÍRIAM SANT'ANA CASTELPOGGI  
1.ª OFICIAL SUBSTITUTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BNY MELLON

---

### **ANEXO III**

- Declaração do Administrador e Distribuidor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO**  
(art. 56, ICVM 400)

O **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, pessoa jurídica com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte) - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, autorizada pela CVM para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 4620, de 16 de dezembro de 1997 ("Administrador"), na qualidade de administrador do GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.424.119/0001-45 ("Fundo"), vem declarar, no âmbito da distribuição pública ("Oferta") das cotas da segunda emissão do Fundo ("Cotas"), exclusivamente para fins do registro da Oferta na CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que: (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta; (b) o prospecto da Oferta ("Prospecto") contém as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas e do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo, bem como quaisquer outras informações do Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (c) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Cotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Marcelo Pereira  
Diretor

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2010.

Alberto Elias  
Diretor

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS**  
**DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Por: Marcelo Pereira  
Diretor

Cargo: Diretor Estatutário

Por: Alberto Elias  
Diretor

Cargo: Diretor Estatutário

Av. Presidente Wilson, 231/ 11º andar – Rio de Janeiro, RJ  
SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: www.bnymellon.com.br/sf ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 – Rio de Janeiro, RJ





BNY MELLON

242 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO  
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone:3553-6021 Nº:1200/210553  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO FERREIRA DA SILVA ALMEIDA  
RTO ELIAS ASSAYAG ROCHA, as quais conferem com os padrões arquivados  
em Cartório.  
Valores | Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 2012.  
Firma.....:R\$ 1.28 | En testemunho da verdade.  
Proc.dados.....:R\$ 4.33 |  
Total.....:R\$ 11.22 | JEFFERSON LIVIO MARTINS



---

**ANEXO IV**

- Cópia do Instrumento Particular de Re-Ratificação de Alteração que deliberou sobre a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DO  
GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES  
CNPJ/MF nº 10.424.119/0001-45**

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA Nº. 3º AND. - CENTRO RJ  
MIRIAM SANT'ANA CASTELPOGGI  
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

Pelo presente instrumento particular de ratificação do Instrumento de Alteração do FUNDO, abaixo qualificado, realizado em 28 de junho de 2012, devidamente registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1043379, a **BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("ADMINISTRADOR")**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, neste ato representado de acordo com seu Estatuto Social, na qualidade de administrador do **GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.424.119/0001-45 ("FUNDO").

3º RTO-RJ-Reg. nº 1047755

Emolumentos	R\$ 102,36
Distribuidor	R\$ 14,75
Mutua/Acoter	R\$ 10,25
Fel/Fundover/Funper	R\$ 33,39
Total	R\$ 160,75

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) O FUNDO encontra-se devidamente constituído e registrado para funcionamento perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e
- (ii) O FUNDO não apresenta, nesta data, qualquer investidor registrado, não havendo, portanto, cotas do FUNDO ("Cotas") em circulação.

**Resolve o ADMINISTRADOR:** ratificar a aprovação da segunda emissão de Cotas do FUNDO a ser conduzida nos termos da Instrução CVM nº 400/03, conforme constou no Regulamento registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1043379, em 28 de junho de 2012. A Segunda Emissão é composta por, no mínimo, 1.000 (mil) Cotas, e no máximo, 4.000 (quatro mil) Cotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido do FUNDO, com preço inicial de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Cota, totalizando o montante mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e máximo, de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

Av. Presidente Wilson, 231/ 11º, 13º e 17º (parte) andares - Rio de Janeiro, RJ  
SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: www.bnymellon.com.br/sf ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 - Rio de Janeiro, RJ

E, estando assim deliberadas as matérias acima indicadas, vai o presente instrumento assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2012.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS  
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.  
ADMINISTRADOR



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
-6 AGO 2012  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

CERTIFICADO DE DOUTAÇÃO  
averbado a margem do Registro original lido neste Ofício, no  
Livro B-64, de ordem 175515  
e Protocolado sob nº 1043379  
em 20/06/12 RJ 08/08/12  
3.º Ofício de Reg. de Tít. e Documentos

3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua da Quitanda, 501 - 2.º andar - Rio de Janeiro - RJ  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
protocolo e data seguintes: 1043379, 20/06/12  
Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular  
Miriam Sant'Ana Castilho - 1.º Oficial Substituto  
Ricardo V. Mousinho Amâncio - 2.º Oficial Substituto

Av. Presidente Wilson, 231/ 11º, 13º e 17º (parte) andares - Rio de Janeiro, RJ  
SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: www.bnymellon.com.br/sf ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 - Rio de Janeiro, RJ



BNY MELLON

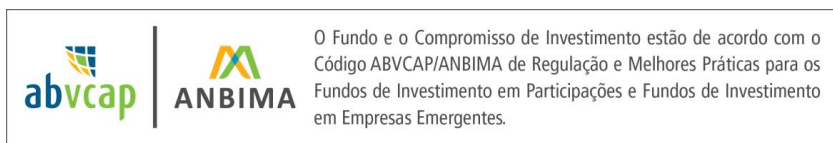
---

**ANEXO V**

- Cópia da Minuta do Instrumento Particular de Subscrição de Cotas e Compromisso de Integralização da Segunda Emissão de Cotas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS  
E COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DA SEGUNDA EMISSÃO DE COTAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes, a saber:

**(i) [INVESTIDOR]**, sociedade com sede na [●], inscrita no CNPJ/MF sob nº. [●], neste ato devidamente representada nos termos do seu [Contrato/Estatuto] Social ("INVESTIDOR");

ou

**(i) [INVESTIDOR]**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado na [endereço], inscrito(a) no CPF/MF sob nº. [●], portador(a) do RG nº. [●] ("INVESTIDOR"); e

**(ii) GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 10.424.119/0001-45 ("FUNDO"), neste ato devidamente representado por seu administrador, **BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 4620, de 16 de dezembro de 1997 ("ADMINISTRADOR");

(o FUNDO e o INVESTIDOR doravante designados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

CONSIDERANDO que o FUNDO é uma comunhão de recursos constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da INSTRUÇÃO CVM nº 391/03, constituído pelo ADMINISTRADOR em 25 de agosto de 2011 e regido por seu REGULAMENTO;

CONSIDERANDO que o ADMINISTRADOR aprovou em 6 de agosto de 2012, a realização da segunda emissão de COTAS do FUNDO, que compreenderá a distribuição pública, nos termos da INSTRUÇÃO CVM nº 400/03 de, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), representados por 1.000 (mil) COTAS e, no máximo, R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), representados por 4.000 (quatro mil) COTAS, tendo cada COTA o valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais);

CONSIDERANDO que o FUNDO foi registrado na CVM em [●] de [●] de 2012;

CONSIDERANDO que as COTAS de emissão do FUNDO serão subscritas mediante compromissos de integralização a prazo e integralizadas de acordo com as CHAMADAS DE CAPITAL realizadas pelo ADMINISTRADOR, sob prévia e expressa recomendação do GESTOR, nos termos do REGULAMENTO e deste instrumento; e

CONSIDERANDO que o INVESTIDOR é um investidor qualificado nos termos da INSTRUÇÃO CVM N°. 409/04 ("Investidor Qualificado") e atende aos requisitos estabelecidos no REGULAMENTO para subscrição e integralização de recursos no FUNDO.

**Têm entre si justo e acordado** firmar o presente "Instrumento Particular de Subscrição de Cotas e Compromisso de Integralização" ("Instrumento" ou "COMPROMISSO DE INVESTIMENTO"), o que fazem de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

##### **DA SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS**

1.1. O INVESTIDOR, por meio da assinatura deste Instrumento e do BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO anexo ao presente Instrumento sob a forma de Anexo I, subscreve **[NÚMERO DE COTAS SUBSCRITAS]** **[EXTENSO]** COTAS de emissão do FUNDO, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, perfazendo o valor subscrito de R\$ **[●]** **[EXTENSO]** ("Cotas Subscritas") que corresponde ao COMPROMISSO DE INVESTIMENTO, em caráter irrevogável e irretratável, que o INVESTIDOR assume com o FUNDO.

1.1.1. Nos termos e condições previstos no REGULAMENTO, o INVESTIDOR deverá cumprir pontualmente as CHAMADAS DE CAPITAL do ADMINISTRADOR, realizadas durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO, para aportes de recursos mediante a integralização parcial ou total das Cotas Subscritas, a ser realizado durante o PERÍODO DE INVESTIMENTO ou excepcionalmente, conforme previsto no REGULAMENTO.

1.1.2. Ao receber a notificação da CHAMADA DE CAPITAL do ADMINISTRADOR, sob prévia e expressa recomendação do GESTOR ("Notificação"), o INVESTIDOR será obrigado a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas Subscritas em até 10 (dez) dias úteis contados do envio da Notificação, através de correspondência dirigida para os respectivos endereços nos termos deste COMPROMISSO DE INVESTIMENTO e do REGULAMENTO.

1.1.3. O procedimento previsto nesta cláusula será adotado sempre que novas integralizações no FUNDO sejam necessárias, nos termos do REGULAMENTO, até o limite das Cotas Subscritas pelo INVESTIDOR.

**1.2.** Caso o INVESTIDOR venha a alienar suas COTAS a terceiros e/ou a outros COTISTAS sem observância do disposto no REGULAMENTO e sem comprovação, pelo ADMINISTRADOR, de que o novo cotista qualifica-se como INVESTIDOR QUALIFICADO, nos termos do artigo 109 da INSTRUÇÃO CVM n.º 409/04, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

**1.3.** O INVESTIDOR declara ter amplo conhecimento de todas as normas que regem o funcionamento do FUNDO e de todos os termos do REGULAMENTO, tendo recebido cópia integral de seu REGULAMENTO, do suplemento ao REGULAMENTO, do PROSPECTO, do ANÚNCIO DE INÍCIO, ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, do BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO e do TERMO DE ADESÃO, assim como todas as informações necessárias à decisão de efetivar a subscrição de COTAS ora formalizada, firmado os referidos documentos e aceito a totalidade de seus termos e condições. Além dos documentos mencionados nesse COMPROMISSO DE INVESTIMENTO, não existem outros contratos ou documentos celebrados, entre o INVESTIDOR e o ADMINISTRADOR que produza efeitos perante o FUNDO.

**1.3.1.** O INVESTIDOR declara-se ainda totalmente ciente e de acordo com os objetivos do FUNDO, sua política de investimento, da composição da sua carteira, a taxa de administração e performance cobradas pelo FUNDO e os riscos envolvidos na aplicação de recursos junto ao FUNDO, inclusive, mas não limitadamente, os riscos decorrentes de não realização do investimento, de liquidez, relacionados à COMPANHIA INVESTIDA, de Mercado, de crédito, de distribuição, de descontinuidade, de concentração e de patrimônio líquido negativo, bem como relacionados a fatores macroeconômicos e regulatórios e riscos relacionados ao setor imobiliário (risco de desapropriação, de sinistro, de engenharia e construção, de deterioração, de alterações nas leis de zoneamento, ambientais, relativos às operações de aquisição de imóveis, de desligamento da carteira e na gestão financeira, contábil e/ou imobiliária da COMPANHIA INVESTIDA), conforme descritos no REGULAMENTO.

**1.3.2.** O INVESTIDOR tem conhecimento de que os investimentos do FUNDO, por sua própria natureza de um investimento de alto risco, estarão sempre sujeitos às flutuações de mercado e riscos de crédito, situações que poderão acarretar a não obtenção de lucros ou o atingimento dos resultados esperados ou, ainda, a perda parcial ou total do CAPITAL INVESTIDO no FUNDO ou a ocorrência de PATRIMÔNIO LÍQUIDO negativo, de forma que os COTISTAS podem ser chamados a aportar recursos adicionais no FUNDO.

**1.3.3.** O INVESTIDOR declara estar ciente que os recursos objeto da subscrição ora realizada são fundamentais e imprescindíveis para que o FUNDO consiga realizar adequadamente a política de investimento prevista no REGULAMENTO do FUNDO.

- 1.3.4.** O INVESTIDOR declara que está ciente de que as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer mecanismo de seguro.
- 1.3.5.** O INVESTIDOR declara que tem pleno conhecimento das disposições da Lei nº 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as operações em fundos de investimento no mercado financeiro estão sujeitas ao controle do Banco Central do Brasil e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelo COTISTA.
- 1.3.6.** Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, parágrafo 3º da Lei Complementar 105/01, que trata do sigilo bancário, o INVESTIDOR está ciente e concorda que o ADMINISTRADOR poderá transmitir ao GESTOR informações para fins de atendimento às obrigações de envio de comunicações, conforme atribuídas ao GESTOR no REGULAMENTO, disponibilizando acesso aos dados e informações cadastrais do INVESTIDOR, bem como acesso às informações sobre suas aplicações financeiras, tais como proporção das COTAS detidas pelo INVESTIDOR.
- 1.3.7.** O INVESTIDOR se obriga a manter sua documentação pessoal e informações cadastrais atualizadas, de acordo com as regras vigentes, em especial no que se refere a seu endereço e correio eletrônico, que serão utilizados pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR como veículos para prestação de informações sobre o FUNDO, manifestando sua aquiescência expressa ao fato de que o ADMINISTRADOR não poderá realizar o pagamento de quaisquer valores a seu favor caso haja omissão na documentação.
- 1.3.8** O INVESTIDOR se obriga a prestar ao ADMINISTRADOR quaisquer informações adicionais que este julgar relevante para justificar suas movimentações financeiras.
- 1.3.9** O INVESTIDOR declara que está ciente que o FUNDO é um fundo fechado, sem possibilidade de resgates, a não ser pelo término do seu prazo de duração, ou pela liquidação do FUNDO, e de que as COTAS devem ter baixa liquidez.
- 1.3.10** O INVESTIDOR declara que está ciente que o Sr. Álvaro Luiz Alves de Lima de Álvares Otero, brasileiro, casado economista, portador da Carteira de Identidade nº 2.783.205, inscrito no CPF sob o nº 402.663.467-15 e Sra. Julia Talia Xavier de Alvares Otero, brasileira, casada, fotógrafa, portadora da Carteira de Identidade nº 11804468-4, inscrita no CPF sob o nº 092.256.937-10, são membros-chaves da equipe de gestão do GESTOR do FUNDO.

**1.3.11** O INVESTIDOR declara que está ciente que o atual GESTOR do FUNDO será substituído, mediante deliberação da ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS, pela Geribá Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.467.534/0001-86, sediada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, n.º 48, conjunto 92, Jardim Paulista, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório n.º 10.454, de 24 de junho de 2009 ("GERIBÁ"), tão logo a GERIBÁ conclua seu processo de adesão ao Código de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE editado conjuntamente pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital – ABVCAP e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, ora em andamento.

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

### **DO COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS**

**2.1** Pelo presente Instrumento o INVESTIDOR, observado o disposto abaixo, confessa dever ao FUNDO o valor total a integralizar, correspondente às Cotas Subscritas, equivalente a R\$ [●] ([●] reais), e assume, em caráter irrevogável e irretratável, o compromisso de integralizar as Cotas Subscritas, por ele subscritas ao preço de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada COTA, perfazendo o total de R\$ [100% DO VALOR DAS COTAS SUBSCRITAS], obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, a aportar tais recursos ao FUNDO, conforme CHAMADAS DE CAPITAL realizadas pelo ADMINISTRADOR, sob prévia e expressa recomendação do GESTOR, mediante integralização total ou parcial das Cotas Subscritas.

**2.1.1.** O pagamento será efetuado no prazo mencionado na Notificação onde constará, ainda, a conta do FUNDO, e deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio do SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP – Mercados Organizados ou, alternativamente, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED.

**2.1.2.** O comprovante de pagamento servirá como prova de quitação.

**2.2.** Fica desde já estabelecido que a obrigação do INVESTIDOR de integralizar as COTAS do FUNDO por ele subscritas é considerada indivisível, nos termos do artigo 258 do Código Civil, considerando-se por esse motivo integralmente satisfeita somente quando da integralização do valor total de cada Cota Subscrita referido no item 2.1 acima, sem prejuízo do disposto em 2.3 abaixo.

**2.3.** O compromisso de integralização das Cotas Subscritas, ora assumido pelo SUBSCRITOR, vigorará até o encerramento do PERÍODO DE INVESTIMENTO, observadas as condições estabelecidas no REGULAMENTO do FUNDO.

**2.4** No caso do INVESTIDOR não prover os recursos necessários ao pagamento (total e/ou parcial) da integralização das COTAS do FUNDO por ele subscritas, tal como vier a ser determinado na Notificação e, notificado pelo ADMINISTRADOR sobre tal descumprimento, conforme orientação do GESTOR, deixe de saná-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o INVESTIDOR ficará de pleno direito constituído em mora, a ele aplicando-se o disposto no Artigo 9º, Parágrafo Quarto do REGULAMENTO do FUNDO, abaixo transcrito:

*“Parágrafo Quinto – O COTISTA INADIMPLENTE que não fizer o pagamento nas condições previstas neste REGULAMENTO e nos respectivos BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO e COMPROMISSOS DE INVESTIMENTO e não atender à notificação conforme disposto no parágrafo quarto deste artigo ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo CDI (conforme abaixo definido), pro rata temporis e de uma multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO, cabendo ao ADMINISTRADOR junto com GESTOR o direito de cancelar as COTAS subscritas e não integralizadas pelo COTISTA INADIMPLENTE, ou de ofertá-las a terceiros, arcando, neste caso, o COTISTA INADIMPLENTE, com as perdas e danos decorrentes de sua inadimplência para com o FUNDO.”*

**2.5.** O INVESTIDOR reconhece que as Cotas Subscritas não terão parâmetros disponíveis para a determinação do seu valor efetivo quando da execução judicial ou extrajudicial.

**2.5.1.** O INVESTIDOR desde já autoriza expressamente o FUNDO a vender de forma privada e extrajudicialmente as Cotas Subscritas caso o INVESTIDOR se torne inadimplente, para os demais COTISTAS ou terceiros, de acordo com o REGULAMENTO do FUNDO e a Notificação, pelo preço e condições que então sejam ofertados por terceiros, sendo que o preço obtido com a venda das Cotas Subscritas aos demais COTISTAS ou a terceiros poderá ser superior ou inferior ao seu respectivo valor patrimonial, o qual refletirá somente parâmetros contábeis adotados para o registro dos ativos e passivos do FUNDO, diversos do valor para negociação daquelas COTAS, resultantes de outros padrões de avaliação e/ou condições econômicas então verificadas.

**2.5.2.** O INVESTIDOR reconhece ainda que o processo de venda extrajudicial das Cotas Subscritas aos demais COTISTAS ou a terceiros, caso adotado, é necessário para permitir a ágil execução das COTAS e, assim, prover ao FUNDO os recursos necessários para a realização de novos investimentos, à vista das oportunidades que venham a ser identificadas pelo seu ADMINISTRADOR, e evitar prejuízos ao FUNDO e aos seus demais COTISTAS pela perda de tais oportunidades de investimentos.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 3.1.** O presente Instrumento obriga as partes por si e seus sucessores, a qualquer título.
- 3.2.** Todas as obrigações assumidas neste Instrumento são irrevogáveis e irretratáveis e se sujeitam à execução específica, podendo o ADMINISTRADOR se utilizar de qualquer ação ou procedimento, judicial ou extrajudicial, para ver cumpridas todas as obrigações nele assumidas.
- 3.2.1.** O não exercício de qualquer direito ou opção previsto neste Instrumento não implicará em novação ou renúncia, e não excluirá o exercício, a qualquer tempo, de tais direitos ou opções.
- 3.3.** O presente Instrumento começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o Prazo de Duração do FUNDO e de suas respectivas prorrogações, restando válidas as obrigações aqui previstas até o seu integral cumprimento, mesmo após o encerramento do FUNDO
- 3.4.** Na hipótese de qualquer disposição deste Instrumento vir a se tornar inválida, as demais disposições contratuais nele consignadas permanecerão em pleno vigor, devendo as partes, de boa fé, acordar na substituição das disposições invalidadas de forma a atingir os seus propósitos originais.
- 3.5.** Fica eleito o foro central da comarca do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Instrumento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 3.6.** Quaisquer comunicações ou notificações de uma parte à outra relacionadas com este Instrumento serão consideradas como efetivadas se: (i) entregues pessoalmente contra recibo; (ii) enviadas por carta registrada com aviso de recepção, (iii) transmitidas por e-mail ou fax, desde que haja confirmação de seu recebimento pelo destinatário.
- 3.7.** Todas as comunicações ou notificações deverão ser dirigidas aos endereços das partes constante do preâmbulo deste Instrumento ou, ainda, no caso do INVESTIDOR, ao endereço eletrônico informado por ocasião de seu cadastro ou atualização posterior.
- 3.8.** Os termos utilizados, sua definição e significado e, em se tratando de termos não expressamente definidos neste Instrumento, possuem a definição que lhes é atribuída no REGULAMENTO do FUNDO.
- 3.9.** Este Instrumento pode sofrer alteração, modificação ou aditamento, desde que convencionado entre as Partes e formalizados mediante instrumentos escritos, firmados pelas Partes, com a interveniência do FUNDO. Qualquer tolerância ou concessão recíproca entre as Partes deve ser formalizada por escrito. As

Partes envidarão seus melhores esforços visando soluções amigáveis e ao consenso quanto a desentendimentos ou conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto no presente Instrumento, no REGULAMENTO e/ou quaisquer outros documentos ou assuntos relacionados ao FUNDO.

**3.10.** Este Instrumento será levado a registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento em (03) (três) vias de igual teor e efeito, perante 02 (duas) testemunhas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012

Partes:

\_\_\_\_\_  
[INVESTIDOR]

\_\_\_\_\_  
**GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

representado por seu administrador



BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Testemunhas:

\_\_\_\_\_



Anexo I Ao INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS E COMPROMISSO DE  
INTEGRALIZAÇÃO

  <p>Fundo de Acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.</p>		
<p align="center"><b>GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo")</b>  <b>CNPJ/MF nº 10.424.119/0001-45</b></p> <p align="center"><b>BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE SEGUNDA EMISSÃO DE COTAS Nº _</b></p>		
<b>CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO</b>		
<p>A presente emissão de cotas para o <b>GERIBÁ MCMV I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES</b> prevê a divisão do patrimônio do referido Fundo em, no mínimo, 1.000 (mil) cotas, representando o valor mínimo de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo de 4.000 (quatro mil) cotas, representando o valor máximo de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada cota. O valor mínimo de subscrição inicial por cada cotista será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p>		
<b>QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR</b>		
NOME / RAZÃO SOCIAL:		
CPF / CNPJ:		
EMAIL:		
ENDEREÇO:		
NÚMERO:	COMPLEMENTO:	
BAIRRO:	CEP:	
CIDADE:	ESTADO:	PAÍS:
TE L/FAX:		
<b>PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PESSOA FÍSICA</b>		
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO
DOCUMENTO DE IDENTIDADE		ÓRGÃO EMISSOR
<b>COTAS SUBSCRITAS</b>		
QUANTIDADE DE COTAS	VALOR TOTAL	

VALOR TOTAL POR EXTENSO
<p>PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO</p> <p>O Administrador, mediante prévia e expressa recomendação do Gestor, realizará chamadas de capital, por meio de correspondência enviada a cada cotista, para que esses integralizem suas cotas no em até 10 (dez) dias úteis contados do envio da respectiva notificação.</p>
<p><b>FORMA DE PAGAMENTO</b></p> <p>A integralização de cotas do Fundo se dará, em moeda corrente nacional, por meio do SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ou, alternativamente, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED.</p>
<p><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Declaro, para todos os fins de direito, que estou de acordo com as condições expressas neste presente Boletim de Subscrição e que:</p> <p>(i) recebi, neste ato, gratuitamente, li e compreendi o inteiro teor do Regulamento e do Prospecto do Fundo, concordando integralmente com os seus termos, cláusulas e condições e manifestando minha adesão irrevogável e irretratável;</p> <p>(ii) recebi, neste ato, informações acerca da qualificação e experiência profissional dos integrantes do corpo técnico do Administrador;</p> <p>(iii) estou de acordo com as regras de aplicação, amortização, resgate e demais procedimentos dispostos no Regulamento do Fundo;</p> <p>(iv) sou investidor qualificado nos termos da regulamentação em vigor e informarei o Administrador do Fundo caso venha a deixar de atender a esta condição;</p> <p>(v) tenho conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar os riscos e o conteúdo da oferta, sendo que sou capaz de assumir tais riscos;</p> <p>(vi) busquei toda a assessoria legal e financeira que entendi necessária para avaliação da oferta e, diante do meu conhecimento e experiência em finanças e negócios, estou confortável com a qualidade e os riscos do valor mobiliário ofertado; e</p> <p>(vii) tive amplo acesso às informações necessárias e suficientes para a tomada de decisão de investimento, e estou ciente, inclusive: (a) do objetivo e da política de investimento do Fundo, (b) dos riscos envolvidos no investimento no Fundo, estando estes de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento, (c) da possibilidade de ocorrência de variações do patrimônio líquido do Fundo e de perda total do capital investido no Fundo, (d) do valor da taxa de administração praticada pelo</p>

Fundo, bem como da composição da carteira previstas no Regulamento do Fundo, (e) da política de divulgação de informações do Fundo adotada pelo Administrador, (f) de que a existência de rentabilidade/performance do Fundo e/ou de outros fundos de investimento não representa garantia de resultados futuros, (g) de que as aplicações realizadas no Fundo e/ou em fundos de investimento em que o Fundo eventualmente aplique seus recursos não contam com garantia de seu Administrador, de seu Gestor, de qualquer empresa pertencente ao seu conglomerado financeiro, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;

(viii) integralizarei as cotas do Fundo ora subscritas de acordo com os termos e condições previstos no Regulamento do Fundo e neste Boletim de Subscrição ora celebrado com o Fundo;

(ix) os recursos que serão utilizados na integralização das cotas do Fundo não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro;

(x) estou ciente que o atual Gestor do Fundo será substituído, mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, pela Geribá Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.467.534/0001-86, sediada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, n.º 48, conjunto 92, Jardim Paulista, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório n.º 10.454, de 24 de junho de 2009 (“GERIBÁ”), tão logo a GERIBÁ conclua seu processo de adesão ao Código de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE editado conjuntamente pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital – ABVCAP e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, ora em andamento; e

(xi) estou ciente e concordo que em cumprimento ao disposto no artigo 1º, parágrafo 3º da Lei Complementar 105/01, que trata do sigilo bancário, o Administrador poderá transmitir ao Gestor informações para fins de atendimento às obrigações de envio de comunicações, conforme atribuídas no Regulamento, disponibilizando acesso aos meus dados e minhas informações cadastrais, bem como acesso às minhas informações sobre aplicações financeiras, tais como proporção das cotas por mim detidas.

Adicionalmente, responsabilizo-me pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão das mesmas).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Subscritor ou Representante Legal



BNY MELLON

---

BNY Mellon Serviços Financeiros  
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A